

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Guararapes Confeccões S.A. ("Companhia") constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confeccões de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confeccões e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

A Guararapes Confeccões S.A. produz uma variedade de confeccões e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo (composto da Controladora e suas Controladas) opera com uma cadeia de pontos de varejo e o e-commerce para a comercialização de confeccões em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2019.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Controladora e das Controladas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

### 2.2 AJUSTE

A Companhia optou pela correção no valor líquido de R\$ 53.879 direto no Patrimônio Líquido, referentes itens conciliados durante o exercício de 2018 na controlada Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, atrelados às inconsistências entre as posições contábeis com os controles internos anteriores a 31 de dezembro de 2016, que refletiram nas seguintes notas "7 - Investimentos", "9 - Qualidade do crédito dos ativos financeiros", "12 - Contas a Receber de Clientes" e "28 - Patrimônio Líquido", uma vez que se referiam a transações correspondentes a exercícios anteriores à 31 de dezembro de 2017.

## 2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.3.1 CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 6.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

#### (b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### (c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

### 2.3.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

### 2.3.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 2.3.4 ATIVOS FINANCEIROS

#### 2.3.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 12 e 10).

#### (c) Tributos a recuperar

Em tributos a recuperar no consolidado está refletido o valor dos créditos de PIS e COFINS reconhecidos no 4º trimestre de 2018 em decorrência do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Controlada Lojas Riachuelo S.A. (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS – Recurso extraordinário 574.706), a serem compensados durante os exercícios seguintes, cujo valor apurado e atualizado monta em R\$ 1.167.782 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 483.124 de atualização monetária pela SELIC).

#### 2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

#### 2.3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.3.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

##### (b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio da demonstração do resultado.

##### (c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

### 2.3.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo, em linha com o CPC 48 (IFRS 9). Na Controladora, referem-se substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 59 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não existem diferenças relevantes entre o saldo contábil das contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos valores estão reconhecidos pelo valor justo.

#### (a) Provisão para perdas por valor recuperável

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica.

As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

### 2.3.6 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos das fichas técnicas dos produtos tais como, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Na controlada Lojas Riachuelo os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, mensurados pelo menor valor entre o custo e do mercado, ajustado quando necessário por provisão para perda.

### 2.3.7 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 15.

### 2.3.8 IMOBILIZADO

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 16. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos e transportes	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10
Propriedade para investimentos	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.3.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

#### (a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

#### (b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

#### (c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;

- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

#### 2.3.10 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Gerados de Caixa – UGCs)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas evidências de perdas significativas não recuperáveis na Companhia e nas suas Controladas.

#### 2.3.11 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, e de 2017, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

#### 2.3.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.



Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.3.13 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando -se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor justo dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### 2.3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.



### 2.3.15 AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

### 2.3.16 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### (a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Bradesco Vida e Previdência de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

#### (b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### 2.3.17 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo, atendendo as normas do CPC 47 (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- Nas operações do e-commerce da Controlada Lojas Riachuelo o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

#### (a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação ao contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

#### 2.3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidas como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.3.19 ARREDONDAMENTO DE VALORES

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação em contrário.

#### 2.3.20 NORMA NOVA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMA QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2018

A Companhia e suas Controladas iniciaram o exercício 2018 com a aplicação de novas normas que passaram a vigorar em 01 de janeiro de 2018, cujos impactos são especificados a seguir:

##### **. IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros"**

Substitui a orientação no IAS 39 (CPC 38), tendo como principais alterações:

- (i) Novos critérios classificação de ativos financeiros;
- (i) Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- (ii) Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

No diagnóstico realizado identificamos que todas as operações da Companhia e suas Controladas que poderiam ser afetadas pela implantação da nova norma, já estavam aderentes com as normas exigidas pela mesma, conforme abaixo:

##### **Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros**

###### **- Testes e formalização de Modelos de Negócio**

Foram elaborados testes de controle na Controlada Midway Financeira com o objetivo de classificar cada instrumento financeiro registrado, de forma que a empresa possa identificar se o instrumento será registrado a custo amortizado ou a valor justo. Paralelamente, a financeira adequou as suas políticas internas, aderindo-as e incluindo os procedimentos adequados para atendimento ao CPC.

###### **- Mensuração**

A mensuração deve ser definida de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros. Atualmente a Midway Financeira detém ativos financeiros como disponível para venda, com ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido e ativos financeiros como empréstimos e recebíveis mensurados a custo amortizado, que de acordo com os testes de classificação identificamos que esses ativos não precisariam ser modificados. Com relação aos passivos financeiros, como estes são a custo amortizado, já estavam aderentes a regra.

Diante o exposto acima, concluímos que as operações da Controlada Midway Financeira já estão aderentes ao CPC 48.

## **Novo Modelo de *Impairment***

### **- Títulos e valores mobiliários**

A Companhia e suas Controladas já realizam a mensuração de perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados a custo amortizado e a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido, conforme exigido pela norma, por isso não houve necessidade de nenhuma adequação para essa classe de ativos.

### **- Contas a receber**

A Companhia realiza 100% das suas vendas para a controladora Lojas Riachuelo, e as vendas a créditos realizada pela Lojas Riachuelo são repassadas e administradas pela controlada Midway Financeira, conforme abaixo mencionado, portanto, o IFRS 9 não impacta a Companhia e nem a controlada Lojas Riachuelo.

A Midway Financeira, detentora da carteira de crédito dos clientes do Grupo, em termos de risco de crédito atua de forma conservadora, realizando cálculos de *impairment*, com base em perdas esperadas e inesperadas por produto e de acordo a metodologia adotada em sua Política Interna e a Resolução BACEN 2.682.

Com a adoção do CPC 48, a Administração entende que a sua política está aderente a norma e em caso de mudança significativa de crédito, default e estabelecimento de triggers que capturem tal variação, a política será reavaliada.

### **Contabilização de *Hedge***

Como a Companhia e suas Controladas não possuem contratos com derivativos, não houve necessidade de nenhuma implantação ou adequação a nova forma de contabilização de *Hedge*.

### **. IFRS 15 (CPC 47) - "Receita de Contratos com Clientes"**

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida, substituindo a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Administração solicitou a realização de um diagnóstico identificando todas as operações de Receita realizadas pela Companhia e suas Controladas, assim como todas as demais operações relacionadas que poderiam ser impactadas pela nova norma.

Pela característica do nosso negócio, venda de mercadoria ao consumidor através das nossas lojas físicas, cuja mercadoria é entregue ao cliente no momento da compra, sem nenhum outro serviço agregado a esta venda, não identificamos nenhuma mudança de contabilização para adequação ao novo CPC.

A Companhia foi bem criteriosa ao avaliar as operações do e-commerce relacionadas ao CPC 47, onde focamos em 2 principais pontos:

- (i) Reconhecimento da venda quando a mercadoria for recebida pelo cliente;
- (ii) Percentual de devolução por arrependimento sobre a venda total do e-commerce.

No primeiro caso a Lojas Riachuelo já adotava o reconhecimento da venda somente quando do recebimento pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, portanto não vemos a necessidade de constituição de provisão.

### **2.3.21 NORMA NOVA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMA QUE AINDA NÃO ESTÁ EM VIGOR**

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

### **. IFRS 16 (CPC 06) - "Operações de Arrendamento Mercantil"**

Norma emitida em 2016 pelo IASB e transformada em CPC 06 no final do ano seguinte, modifica a forma de reconhecimento das operações de arrendamento e/ou com características de arrendamento (direito de controle e benefício econômico), onde os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia e suas controladas realizaram um estudo para aplicação da norma e, por meio da análise dos seus contratos vigentes, identificou que apenas os contratos de arrendamento de imóveis (aluguéis) seriam impactados. Devido a relevância do tema para a Controlada Lojas Riachuelo, que até o final de 2018 registrava em seus resultados a despesas de aluguel linearmente quando de sua competência, foram adotados os seguintes critérios para implantação:

#### (i) Isenções

Ficaram isentos da norma os contratos nas seguintes condições:

- a) Contratos com características de Arrendamento que são inferiores a 12 meses;
- b) Contratos com valores inferiores a R\$ 50.000,00;
- c) Contratos que não transferem o poder de controle do bem ou serviço à Controlada;
- d) Componentes de contrato de arrendamento que não se enquadram como arrendamento ou cuja composição de valor de arrendamento para aplicação da norma dependa de variável, sem valor definido ou valor desconhecido;

#### (ii) Reconhecimento

A Controlada Lojas Riachuelo optou pela adoção da Metodologia Retrospectiva Modificada (simples), que para o reconhecimento inicial, no papel de arrendatário, identifica os saldos residuais e através das taxas e prazos definidos traz a valor presente os pagamentos dos arrendamentos e registra os ativos e passivos de acordo com o que foi estabelecido pela norma contábil, não reapresentando exercícios anteriores.

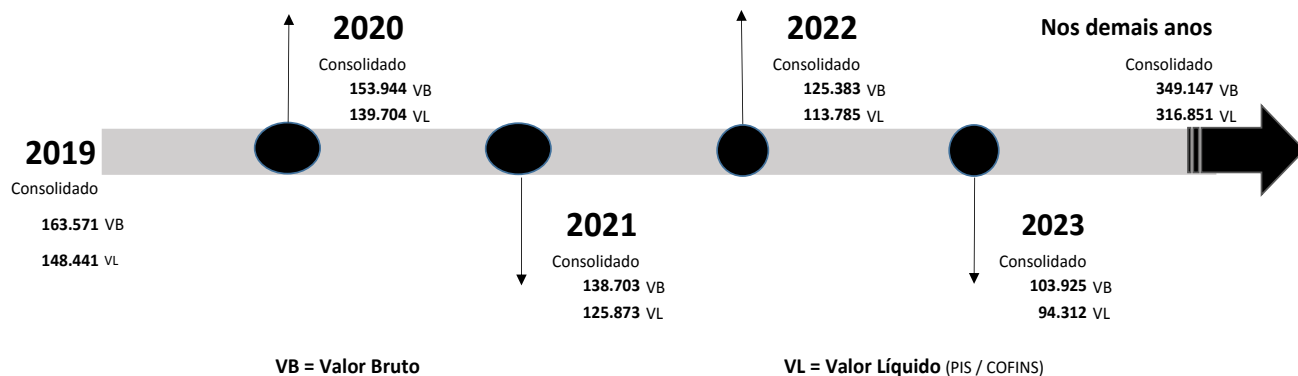
- **Prazo:** tanto o Ativo de Direito de Uso como o Passivo de Arrendamento devem ser mantidos pelo prazo de contrato. Para os contratos de aluguéis, consideraremos mais 1 período renovatório para fins de reconhecimento somente para as lojas onde temos renovação e rentabilidade praticamente certas. Para os demais contratos serão considerados apenas o prazo residual vigente.

- **Taxa:** a taxa aplicada para os contratos que se enquadram nessa política será a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa puder ser determinada ou, em caso negativo, no momento do reconhecimento do contrato, iremos considerar a taxa da última captação a mercado realizada por qualquer empresa do Grupo, líquida da inflação dos últimos 12 meses.

#### (iii) Resultados

Após aplicação dos itens acima definidos, a Controlada apurou o seguinte resultado, considerando as locações somente com terceiros que se enquadraram foram das isenções acima mencionados:

Impactos na Adoção do IFRS 16 (CPC 06)	Valor bruto	Valor líquido (PIS/COFINS)
<b>Ativo não circulante</b>		
Ativo de direito de uso	1.034.673	938.966
<b>Total Ativo de direito de uso</b>	<b>1.034.673</b>	<b>938.966</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Passivo de arrendamento	163.571	148.441
<b>Passivo não circulante</b>		
Passivo de arrendamento	871.102	790.525
<b>Total Passivo de direito de uso</b>	<b>1.034.673</b>	<b>938.966</b>



De todos os contratos existentes na Controladora Lojas Riachuelo, foram identificados 302 com características de arrendamento, que fazem parte da composição acima. Para fins de consolidação, os efeitos dos ativos identificados como de arrendamento entre as empresas do Grupo, deverão ser anulados.

Devido a complexidade deste pronunciamento, alguns itens da norma ainda estão em discussão no mercado, portanto, os valores divulgados nessa nota podem sofrer alterações até a sua data de adoção inicial no 1º Trimestre de 2019, caso as premissas adotadas pela Companhia sejam modificadas com as definições de mercado.

#### (iv) Impactos no consolidado

- a) Aumento do Ativo de Direito de Uso;
- b) Aumento do Passivo de Arrendamento;
- c) Aumento do EBITDA, uma vez que as despesas operacionais de Aluguéis serão substituídas pelas despesas com depreciação e despesas com juros;
- d) Redução do lucro (efeito temporal), que tende a ser maior na adoção da norma, devido a o efeito dos contratos atualizados a valor presente;
- e) Impostos, conforme estabelecido pela lei 12.973/14, nenhum efeito de norma contábil deverá impactar o cálculo do IRPJ e CSLL. Isto significa que todos os valores lançados na apuração de resultado da Controlada relacionados à norma de arrendamento deverão ser excluídos para fins de cálculo de impostos, a não ser que a Receita Federal regule o tema através de Instrução Normativa.

#### . IFRIC 23 (ICPC 22) - "Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro"

Essa norma deve ser aplicada na existência de incertezas no tratamento dos tributos sobre o lucro, nesse caso IRPJ e CSLL. A Companhia está analisando o impacto dessa norma sobre as operações do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes da revisão das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### a) REDUÇÃO DOS VALORES DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

#### b) PROVISÃO PARA PERDAS DE INVENTÁRIO

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

#### c) PROVISÃO PARA PERDAS POR VALOR RECUPERÁVEL

A Administração avalia periodicamente a provisão e as perdas estimadas para perdas por redução ao valor recuperável, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

##### c.1) ASPECTOS ESPECÍFICOS PARA A CONTROLADA INDIRETA MIDWAY FINANCEIRA

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu ao complemento da provisão para perdas por valor recuperável, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2018 no montante de R\$ 73.978 (R\$ 42.148 em 2017), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central (vide nota 12.d).

#### d) PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 26. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

#### e) IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

#### f) BENEFÍCIOS FISCAIS DE ICMS

Conforme descrito na Nota 28.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

#### g) VALOR JUSTO DE DERIVATIVOS E OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

#### h) VIDA ÚTIL DO IMOBILIZADO

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício (vide notas 16 e 17).

## 4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo. Esta identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### (a) RISCO DE MERCADO

##### (i) RISCO CAMBIAL

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2019, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de mercado em 15 de março de 2019. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

Taxa	Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos	
	Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
US\$	R\$1,85	R\$2,78	R\$3,70	R\$4,63	R\$5,55

Operação	Moeda	Cenário contábil	Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos		Consolidado
			Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)	
<b>Passivos</b>								
Fornecedores - Estrangeiros	3,88	41.177	(21.544)	(11.674)	(1.910)	7.959	17.723	
<b>Resultado</b>								
Variação cambial ativa			(21.544)	(11.674)	(1.910)	-	-	
Variação cambial passiva			-	-	-	7.959	17.723	
<b>Impacto no Resultado</b>			<b>(21.544)</b>	<b>(11.674)</b>	<b>(1.910)</b>	<b>7.959</b>	<b>17.723</b>	



(ii) RISCO DO FLUXO DE CAIXA OU VALOR JUSTO ASSOCIADO COM TAXA DE JUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição dos cenários negativos e positivos com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantém parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em 15 de março de 2019, indica uma taxa efetiva da SELIC em 6,50%, cenário provável para 2019.

Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Consolidado				
				Cenários negativos		Cenário I Provável	Cenários positivos	
				Remoto III (-50%)	Possível II (-25%)		Possível II (+25%)	Remoto III (+50%)
<b>Ativos</b>								
Títulos e valores mobiliários	CDI	6,40%	378.020	12.097	18.145	24.193	30.242	36.290
Títulos e valores mobiliários	SELIC	6,50%	395.844	12.865	19.297	25.730	32.162	38.595
<b>Total</b>			<b>773.864</b>	<b>24.962</b>	<b>37.442</b>	<b>49.923</b>	<b>62.404</b>	<b>74.885</b>
<b>Passivos</b>								
Empréstimos -TJLP	TJLP	6,79%	169.486	5.754	8.631	11.508	14.385	17.262
Empréstimos - CDI	CDI	6,40%	632.235	20.232	30.347	40.463	50.579	60.695
Empréstimos -SELIC	SELIC	6,50%	66.173	2.151	3.226	4.301	5.377	6.452
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	2.425	67	100	133	167	200
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	24.841	373	559	745	932	1.118
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	14.322	251	376	501	627	752
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	243	5	7	10	12	15
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	247	4	5	7	9	11
Certificados recebíveis imobiliário	CDI	6,40%	111.049	3.554	5.330	7.107	8.884	10.661
Debêntures - 118,50% do CDI	CDI	7,58%	66.842	2.535	3.802	5.069	6.337	7.604
Debêntures - 113,10% do CDI	CDI	7,24%	90.596	3.279	4.918	6.558	8.197	9.837
Debêntures - 112,20% do CDI	CDI	7,18%	160.804	5.774	8.660	11.547	14.434	17.321
Debêntures - 109,50% do CDI	CDI	7,01%	809.545	28.366	42.550	56.733	70.916	85.099
<b>Total</b>			<b>2.148.808</b>	<b>72.345</b>	<b>108.511</b>	<b>144.682</b>	<b>180.858</b>	<b>217.028</b>

(\*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices

**Resultado**

Receitas de aplicações financeiras	24.962	37.442	49.923	62.404	74.885
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(72.345)	(108.511)	(144.682)	(180.858)	(217.028)
<b>Impacto no Resultado</b>	<b>(47.383)</b>	<b>(71.069)</b>	<b>(94.759)</b>	<b>(118.454)</b>	<b>(142.144)</b>

(b) RISCO DE CRÉDITO

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Companhia, após avaliar a carteira de "Outros ativos circulantes", apresenta um saldo de provisão para perdas por valor recuperável no montante de R\$ 2.946 (R\$ 1.256 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito vencidos há mais de 180 dias.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para perdas por valor recuperável no montante de R\$ 879.441 (R\$ 648.864 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de aluguéis das lojas com vencimentos superiores há 90 dias no valor de R\$ 1.150 (R\$ 1.194 em 31 de dezembro de 2017). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas negociações amigáveis não foram bem-sucedidas, estão sendo cobrados por meio de ações judiciais com risco de despejo.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

### (c) RISCO DE LIQUIDEZ

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria localiza-se em São Paulo e investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2018, o Grupo mantinha ativos líquidos de R\$ 1.162.563 (R\$ 782.324 em 31 de dezembro de 2017) conforme Notas 10 e 11, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

		<b>Consolidado</b>	
	<b>Nota nº</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	10	766.719	410.287
Títulos e valores mobiliários	11	395.844	372.037
<b>Ativos líquidos</b>		<b>1.162.563</b>	<b>782.324</b>

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

		<b>Controladora</b>			
<b>Operação</b>	<b>Nota nº</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>
Fornecedores	18	62.212	62.212	-	-
Empréstimos e Financiamentos	20	2.297	1.886	429	35
Certificados de recebíveis imobiliários	22	109.096	32.968	40.128	45.684
Debêntures	21	808.545	55.276	54.829	826.969
Partes relacionadas	29	582	-	582	-
		<b>982.732</b>	<b>152.342</b>	<b>95.968</b>	<b>872.688</b>
		<b>1.120.998</b>			

		<b>Consolidado</b>			
<b>Operação</b>	<b>Nota nº</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>
Fornecedores	18	451.200	451.200	-	-
Fornecedores - "Confirming"	19	68.567	68.567	-	-
Empréstimos e Financiamentos	20	907.915	382.197	482.588	69.677
Certificados de recebíveis imobiliários	22	109.096	32.968	40.128	69.677
Debêntures	21	1.125.973	374.906	54.829	826.969
Partes relacionadas	29	582	-	582	-
		<b>2.663.333</b>	<b>1.309.838</b>	<b>578.127</b>	<b>966.323</b>
		<b>2.854.288</b>			

#### (d) LINHAS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS

O Grupo monitora diariamente os limites de linhas de operações bancárias globais concedidos, apresentando atualmente a utilização dentro dos limites de créditos e não quebrando nenhuma cláusula contratual estabelecida.

#### 4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital a os acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve um aumento de 1 ponto percentual no índice de alavancagem financeira se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, motivado por um crescimento dos estoques, além de uma necessidade de capital de giro na Midway Financeira ocorrida em 2018, em razão do aumento dos volumes de empréstimo pessoal e dos cartões "co-branded".

Segue abaixo o cálculo do índice de alavancagem:

	Nota nº	Consolidado	
		2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos	20	907.915	506.813
Debêntures	21	1.125.973	659.477
Certificados de recebíveis imobiliários	22	109.096	133.396
Empréstimos com partes relacionadas	29	582	253.611
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	10	(766.719)	(410.287)
Menos: Títulos e valores mobiliários	11	(395.844)	(372.037)
<b>Dívida líquida</b>		<b>981.003</b>	<b>770.973</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>28</b>	<b>4.929.147</b>	<b>3.971.163</b>
<b>Total do capital</b>		<b>5.910.150</b>	<b>4.742.136</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>		<b>17</b>	<b>16</b>

A gestão de capital não é conduzida no nível da Controladora, somente no nível Consolidado.

#### 4.3 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

								Consolidado - 2018
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	98.792	296.294	-	395.086	394.708	378	(170)	208
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor Atualizado	Ajuste a mercado	IRPJ e CSLL	Ajuste a mercado líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	278.465	92.821	371.286	370.781	505	(227)	278
<b>Varição no exercício de 2018</b>								<b>(70)</b>

(\*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

(a) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 1

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

(b) INSTRUMENTOS FINANCEIROS - NÍVEL 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um instrumento puderem ser observadas no mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

## 5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os segmentos operacionais mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

## INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

O Grupo está amparado nos segmentos denominados “Varejo” e “Financeira”, por meio de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para a avaliação de desempenho e definição sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado, que considera os efeitos dos incentivos fiscais. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais (quando aplicável), como custos de reestruturação e despesas legais. A mensuração também exclui os efeitos de ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeiro” corresponde às operações de crédito ao consumidor, executadas por meio do cartão “Riachuelo”.

O segmento "Outros" corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) ATIVOS E PASSIVOS

	2018				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	3.406.596	4.334.668	1.039.273	(2.260.877)	6.519.660
Ativo não circulante	3.512.380	277.828	6.172.565	(6.010.285)	3.952.488
Total do ativo	6.918.976	4.612.496	7.211.838	(8.271.162)	10.472.148
Passivo					
Passivo circulante	2.322.377	3.447.603	406.640	(2.239.555)	3.937.065
Passivo não circulante	305.549	407.669	892.801	(83)	1.605.936
Total do passivo	2.627.926	3.855.272	1.299.441	(2.239.638)	5.543.001
Patrimônio líquido	4.291.050	757.224	5.912.397	(6.031.524)	4.929.147
Total de passivo e patrimônio líquido	6.918.976	4.612.496	7.211.838	(8.271.162)	10.472.148

	2017				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante	2.757.754	3.218.766	855.106	(1.848.005)	4.983.621
Ativo não circulante	2.691.098	196.249	4.923.815	(4.866.885)	2.944.277
Total do ativo	5.448.852	3.415.015	5.778.921	(6.714.890)	7.927.898
Passivo					
Passivo circulante	1.810.094	2.573.287	250.617	(1.809.319)	2.824.679
Passivo não circulante	738.727	37.148	421.054	(64.873)	1.132.056
Total do passivo	2.548.821	2.610.435	671.671	(1.874.192)	3.956.735
Patrimônio líquido	2.900.031	804.580	5.107.250	(4.840.698)	3.971.163
Total de passivo e patrimônio líquido	5.448.852	3.415.015	5.778.921	(6.714.890)	7.927.898

(b) RESULTADOS

	2018				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	5.110.986	2.030.980	1.158.131	(1.107.501)	7.192.596
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.605.846)	(126.843)	(868.343)	1.077.464	(2.523.568)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.505.140</b>	<b>1.904.137</b>	<b>289.788</b>	<b>(30.037)</b>	<b>4.669.028</b>
Despesas com vendas	(1.988.740)	(907.276)	(13.057)	(210.226)	(3.119.299)
Despesas gerais e administrativas	(477.249)	(575.215)	(73.728)	318.432	(807.760)
Honorários da administração	(7.892)	(3.299)	(3.967)	-	(15.158)
Outras receitas operacionais líquidas	680.162	42.869	48.034	(87.786)	683.279
Resultado de equivalência patrimonial	202.693	-	1.214.647	(1.417.340)	-
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.591.026)</b>	<b>(1.442.921)</b>	<b>1.171.929</b>	<b>(1.396.920)</b>	<b>(3.258.938)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido</b>	<b>914.114</b>	<b>461.216</b>	<b>1.461.717</b>	<b>(1.426.957)</b>	<b>1.410.090</b>
Receitas financeiras	527.710	42.626	37.521	(61.654)	546.203
Despesas financeiras	(88.290)	(84.905)	(56.015)	61.965	(167.245)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>439.420</b>	<b>(42.279)</b>	<b>(18.494)</b>	<b>311</b>	<b>378.958</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.353.534</b>	<b>418.937</b>	<b>1.443.223</b>	<b>(1.426.646)</b>	<b>1.789.048</b>

	2017				
	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	4.781.236	1.616.073	936.327	(888.977)	6.444.659
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.363.602)	(116.837)	(764.201)	906.232	(2.338.408)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.417.634</b>	<b>1.499.236</b>	<b>172.126</b>	<b>17.255</b>	<b>4.106.251</b>
Despesas com vendas	(2.091.895)	(663.480)	(10.806)	52.296	(2.713.885)
Despesas gerais e administrativas	(268.591)	(471.961)	(79.091)	53.891	(765.752)
Depreciação					-
Honorários da administração	(6.558)	(2.150)	(4.050)	-	(12.758)
Outras receitas operacionais líquidas	165.266	42.146	151.446	(84.090)	274.768
Resultado de equivalência patrimonial	194.086	-	583.460	(777.546)	-
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(2.007.692)</b>	<b>(1.095.445)</b>	<b>640.959</b>	<b>(755.449)</b>	<b>(3.217.627)</b>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido</b>	<b>409.942</b>	<b>403.791</b>	<b>813.085</b>	<b>(738.194)</b>	<b>888.624</b>
Receitas financeiras	122.613	82.154	28.303	(108.854)	124.216
Despesas financeiras	(167.444)	(136.546)	(41.909)	108.835	(237.064)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(44.831)</b>	<b>(54.392)</b>	<b>(13.606)</b>	<b>(19)</b>	<b>(112.848)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>365.111</b>	<b>349.399</b>	<b>799.479</b>	<b>(738.213)</b>	<b>775.776</b>

(\*) Os valores relativos a indústria e locações, são demonstrados nas tabelas como outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 2.3.

## ANÁLISE DA RECEITA POR CATEGORIA

Receita Líquida por segmento	2018	2017
Vendas a Varejo	5.110.986	4.781.236
Produtos e Serviços Financeiros	2.030.980	1.616.073
Shopping Center	71.412	70.149
Vendas a Contribuintes	1.066.014	849.213
Transportes	20.705	16.965
Efeito entre as empresas consolidadas	(1.107.501)	(888.977)
<b>Total Consolidado</b>	<b>7.192.596</b>	<b>6.444.659</b>

## 6 EMPRESAS CONTROLADAS

- Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

A Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, por meio de suas 312 (302 em 31 de dezembro de 2017) lojas presentes em todo território nacional e seu e-commerce.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do País.

## 7 INVESTIMENTOS

### (a) CONTROLADORA

	2018	2017
Empresas controladas	4.517.172	3.123.889
Lucros não realizados nos estoques	(20.515)	(12.629)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>4.496.657</b>	<b>3.111.260</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<b>3.111.260</b>	<b>2.840.652</b>
Equivalencia Patrimonial	1.011.952	389.374
Adiantamentos de lucros e dividendos a distribuir	(29.122)	(23.660)
Provisão de lucros e dividendos complementar a distribuir	(247.363)	(95.622)
Resultado abrangente	(70)	516
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>	<b>4.496.657</b>	<b>3.111.260</b>

### PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2018	Participação e capital votante em 31/12/2018
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	-	-

(\*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação.

(\*\*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

(\*\*\*) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.



(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Publicado	2.744.475	(45.963)	213.274	7.951	69	2.919.806
Ajustes - exercícios anteriores	(79.145)	-	-	-	(9)	(79.154)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado</b>	<b>2.665.330</b>	<b>(45.963)</b>	<b>213.274</b>	<b>7.951</b>	<b>60</b>	<b>2.840.652</b>
Equivalência patrimonial	307.128	33.333	48.778	115	20	389.374
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	516	-	-	-	-	516
Dividendos	(72.943)	-	(46.339)	-	-	(119.282)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.900.031</b>	<b>(12.630)</b>	<b>215.713</b>	<b>8.066</b>	<b>80</b>	<b>3.111.260</b>
Aumento de Capital (*)	650.000	-	-	-	-	650.000
Equivalência patrimonial	971.920	(7.886)	48.030	(132)	20	1.011.952
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(70)	-	-	-	-	(70)
Dividendos	(230.831)	-	(45.629)	-	(25)	(276.485)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.291.050</b>	<b>(20.516)</b>	<b>218.114</b>	<b>7.934</b>	<b>75</b>	<b>4.496.657</b>

\* Em 28 de dezembro de 2018, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 650.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado sem emissão de novas ações. No exercício de 2017, não houve aumento de capital na controlada Lojas Riachuelo.

(c) INFORMAÇÕES SOBRE AS INVESTIDAS

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
<b>31 de dezembro de 2018</b>				
Circulante				
Ativo	3.406.596	60.967	9.318	4.334.668
Passivo	(2.322.377)	(18.963)	(1.759)	(3.447.603)
<b>Ativo circulante líquido</b>	<b>1.084.219</b>	<b>42.004</b>	<b>7.559</b>	<b>887.065</b>
Não circulante				
Ativo	3.512.380	178.713	793	277.828
Passivo	(305.549)	(2.603)	(380)	(407.669)
<b>Ativo não circulante líquido</b>	<b>3.206.831</b>	<b>176.110</b>	<b>413</b>	<b>(129.841)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.291.050</b>	<b>218.114</b>	<b>7.972</b>	<b>757.224</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>				
Circulante				
Ativo	2.757.754	58.689	8.686	3.218.766
Passivo	(1.810.094)	(25.286)	(1.428)	(2.573.287)
<b>Ativo circulante líquido</b>	<b>947.660</b>	<b>33.403</b>	<b>7.258</b>	<b>645.479</b>
Não circulante				
Ativo	2.691.098	185.691	1.734	196.249
Passivo	(738.727)	(3.381)	(886)	(37.148)
<b>Ativo não circulante líquido</b>	<b>1.952.371</b>	<b>182.310</b>	<b>848</b>	<b>159.101</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.900.031</b>	<b>215.713</b>	<b>8.106</b>	<b>804.580</b>

## II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SINTÉTICO

	Lojas Riachuelo S.A	Midway Shoppng Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento
<b>31 de dezembro de 2018</b>				
Receitas	5.110.986	71.412	20.705	2.030.980
Despesas operacionais	(3.757.452)	(14.221)	(20.833)	(1.612.043)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.353.534</b>	<b>57.191</b>	<b>(128)</b>	<b>418.937</b>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(381.613)	(9.161)	(6)	(216.222)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido</b>	<b>971.921</b>	<b>48.030</b>	<b>(134)</b>	<b>202.715</b>
<b>31 de dezembro de 2017</b>				
Receitas	4.781.236	70.148	16.965	1.616.073
Despesas operacionais	(4.416.125)	(12.794)	(16.797)	(1.266.674)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>365.111</b>	<b>57.354</b>	<b>168</b>	<b>349.399</b>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(57.983)	(8.576)	(53)	(155.294)
<b>Lucro líquido</b>	<b>307.128</b>	<b>48.778</b>	<b>115</b>	<b>194.105</b>

## 8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Nota nº	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Ativos financeiros</b>					
Disponível para venda					
Títulos e valores mobiliários	11	54.672	130.696	395.844	372.037
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	10	174	141	766.719	410.287
Contas a receber de clientes	12	338.713	257.608	3.812.723	3.073.262
		<b>393.559</b>	<b>388.445</b>	<b>4.975.286</b>	<b>3.855.586</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	20	2.297	5.029	907.915	506.813
Debêntures	21	808.026	-	1.125.973	659.477
Certificados de recebíveis imobiliários	22	109.096	133.396	109.096	133.396
Valor justo por meio de resultado					
Fornecedores	18	62.212	52.508	451.200	451.957
Fornecedores - "Confirming"	19	-	-	68.567	72.395
		<b>981.631</b>	<b>190.933</b>	<b>2.662.751</b>	<b>1.824.038</b>

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 20); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício no relatório está próximo do valor de mercado.

As debêntures da controlada Lojas Riachuelo são remuneradas com base nas taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia em 118,50% a.a. 1ª emissão, 112,20% a.a. 1ª série da segunda emissão e 113,10% a.a. 2ª série da segunda emissão, conforme as cláusulas contratuais.

A remuneração das debêntures emitida pela Companhia é de 109,50% a.a.

Os Certificados de recebíveis imobiliários são remunerados com base 99,50% das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, conforme as cláusulas contratuais.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

A Controlada Lojas Riachuelo realiza antecipação de recebíveis de cartão de crédito de terceiros, que em 31 de dezembro de 2018, apresentava um saldo de R\$ 39.455 (R\$ 47.049 em 31 de dezembro de 2017), que foi classificado como ativo financeiro disponível para venda e mensurado pelo valor justo (Nota 12).

Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2018, estão classificados como "Caixa e equivalente de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 773.864 (R\$ 527.964 em 31 de dezembro de 2017), conforme Notas 10 e 11, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota nº	Consolidado	
		2018	2017
Depósitos bancários de curto prazo	10	378.020	155.927
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11	395.844	372.037
		<b>773.864</b>	<b>527.964</b>

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada por meio de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

## 9 QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

### CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O caixa da Companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 102% a 115% do CDI CETIP.

O caixa da Midway Financeira é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados à SELIC (LFTs) e operações compromissadas de um dia com instituições AAA (LTNs).

#### CARTEIRA DE CRÉDITO

Nível de risco(*)	2018			2017		
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
A - de 0 a 14 dias	2.812.224	-	2.812.224	2.289.254	-	2.289.254
B - de 15 a 30 dias	105.334	36.980	142.314	70.636	25.280	95.916
C - de 31 a 60 dias	81.677	53.621	135.298	59.776	40.337	100.113
D - de 61 a 90 dias	56.291	60.718	117.009	43.647	46.645	90.292
E - de 91 a 120 dias	46.903	72.877	119.780	32.162	53.020	85.182
F - de 121 a 150 dias	34.957	78.468	113.425	23.538	56.939	80.477
G - de 151 a 180 dias	24.759	77.882	102.641	15.957	51.911	67.868
H - de 181 a 360 dias	90.043	519.681	609.724	57.413	411.564	468.977
	<b>3.252.188</b>	<b>900.227</b>	<b>4.152.415</b>	<b>2.592.383</b>	<b>685.696</b>	<b>3.278.079</b>

(\*) Referem-se a categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

## 10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	105	73	388.699	254.360
Depósitos bancários de curto prazo (a)	69	68	378.020	155.927
	<b>174</b>	<b>141</b>	<b>766.719</b>	<b>410.287</b>

(a) O saldo de depósitos bancários de curto prazo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 no consolidado corresponde aos investimentos feitos pela controlada indireta Midway Financeira, em Letras do Tesouro Nacional – LTNs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata, ou seja, com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

## 11 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Letras de Câmbio - MTM	54.672	130.696	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	395.844	372.037
	<b>54.672</b>	<b>130.696</b>	<b>395.844</b>	<b>372.037</b>

### (b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	130.696	10.197	372.037	336.951
Aplicação	806.329	119.540	-	86.790
Resgate	(902.786)	(164)	-	(86.277)
Resultados abrangentes	-	-	(70)	517
Juros/MTM	20.433	1.123	23.877	34.056
	<b>54.672</b>	<b>130.696</b>	<b>395.844</b>	<b>372.037</b>

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 54.672 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 130.696 em 31 de dezembro de 2017), da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 47.560 (R\$ 43.578 em 31 de dezembro de 2017) e da controlada Transportadora Casa Verde Ltda. no valor de R\$ 5.101 (R\$ 4.749 em 31 de dezembro de 2017), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estão divulgados na Nota 4.3.

No estudo de *impairment* exigido pelo CPC 48 (IFRS 9) adotada a partir de 2018, com base nos lucros auferidos e nas expectativas de lucros futuros na Midway Financeira, assim como na análise da carteira de crédito apresentada na nota 9, a Companhia entende que a controlada Midway Financeira tem condições de honrar seus compromissos junto as empresas do Grupo.

## 12 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empresa controlada (*)	338.713	257.175	-	-
Cartão de crédito Riachuelo	-	-	3.491.122	2.910.783
Crédito pessoal	-	-	689.365	378.542
Cartões de créditos terceiros	-	-	517.490	433.861
Antecipação de cartão de crédito de terceiros	-	-	(39.455)	(47.049)
Outros valores a receber	-	1.689	34.792	48.439
	<b>338.713</b>	<b>258.864</b>	<b>4.693.314</b>	<b>3.724.576</b>
Provisão para perdas por valor recuperável	-	(1.256)	(880.591)	(651.314)
<b>Total</b>	<b>338.713</b>	<b>257.608</b>	<b>3.812.723</b>	<b>3.073.262</b>

(\*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

### (b) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR VALOR RECUPERÁVEL ESTÁ DEMONSTRADA A SEGUIR:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(100)</b>	<b>(631.900)</b>
Constituições/reversões	(1.188)	(628.514)
Baixas	32	609.100
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(1.256)</b>	<b>(651.314)</b>
Constituições/reversões	-	(885.753)
Transferencia(*)	1.256	1.256
Baixas	-	655.220
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>(880.591)</b>

(\*) Transferência para Outros ativos circulantes, por se tratar de operação fora do curso normal das atividades da Companhia.

### (c) COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR VALOR RECUPERÁVEL POR EMPRESAS:

Empresas	2018	2017
Guararapes	-	1.256
Midway Financeira	879.441	648.864
Midway Shopping	1.150	1.194
	<b>880.591</b>	<b>651.314</b>

### (d) COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES NOS CORRESPONDENTES NÍVEIS DE RISCO/QUALIDADE DO CRÉDITO DA MIDWAY FINANCEIRA:

Nível de Risco/ Qualidade do crédito	2018		Total das Operações	Provisão Constituída
	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos		
A - A vencer	2.812.224	-	2.812.224	14.061
B - Vencidos até 30 dias	105.334	36.980	142.314	1.423
C - Vencidos de 31 até 60 dias	81.677	53.621	135.298	4.059
D - Vencidos de 61 até 90 dias	56.291	60.718	117.009	11.701
E - Vencidos de 91 até 120 dias	46.903	72.877	119.780	35.934
F - Vencidos de 121 até 150 dias	34.957	78.468	113.425	56.713
G - Vencidos de 151 até 180 dias	24.759	77.882	102.641	71.848
H - Vencidos acima de 180 dias	90.043	519.681	609.724	609.724
Provisão complementar	-	-	-	73.978
	<b>3.252.188</b>	<b>900.227</b>	<b>4.152.415</b>	<b>879.441</b>
Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito				<b>21,18%</b>

<b>2017</b>				
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	2.289.254	-	2.289.254	11.446
B - Vencidos até 30 dias	70.636	25.280	95.916	959
C - Vencidos de 31 até 60 dias	59.776	40.337	100.113	3.003
D - Vencidos de 61 até 90 dias	43.647	46.645	90.292	9.029
E - Vencidos de 91 até 120 dias	32.162	53.020	85.182	25.555
F - Vencidos de 121 até 150 dias	23.538	56.939	80.477	40.239
G - Vencidos de 151 até 180 dias	15.957	51.911	67.868	47.508
H - Vencidos acima de 180 dias	57.413	411.564	468.977	468.977
Provisão complementar	-	-	-	42.148
	<b>2.592.383</b>	<b>685.696</b>	<b>3.278.079</b>	<b>648.864</b>
<b>Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito</b>				<b>19,79%</b>

#### (e) RENEGOCIAÇÕES DA MIDWAY FINANCEIRA

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram o montante de R\$ 270.072 (R\$ 289.517 em 31 de dezembro de 2017).

Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram no exercício o montante de R\$ 48.479 (R\$ 36.926 em 31 de dezembro de 2017).

#### I - Empresas controladas (\*)

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A vencer de 61 a 90 dias	74.809	43.760
A vencer de 31 a 60 dias	132.580	98.641
A vencer até 30 dias	131.324	114.774
	<b>338.713</b>	<b>257.175</b>

(\*) Em 28 de dezembro de 2018, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 650.000 para aumento de capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado, sem emissão de novas ações. No exercício de 2017, não houve aumento de capital na controlada Lojas Riachuelo (vide nota 7).

#### II – Cartões de créditos e outros

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
A vencer há mais de 180 dias	-	-	302.232	204.312
A vencer de 91 e 180 dias	-	9	664.929	507.227
A vencer de 61 e 90 dias	-	33	458.229	362.414
A vencer de 31 e 60 dias	-	47	666.291	529.021
A vencer até 30 dias	-	159	1.699.114	1.432.031
A vencer	-	<b>248</b>	<b>3.790.795</b>	<b>3.035.005</b>
Vencidos até 30 dias	-	103	58.503	37.022
Vencidos de 31 e 60 dias	-	59	80.552	54.871
Vencidos de 61 e 90 dias	-	23	80.064	56.101
Vencidos de 91 e 180 dias	-	-	243.887	169.265
Vencidos há mais de 180 dias	-	1.256	439.513	372.312
Vencido	-	<b>1.441</b>	<b>902.519</b>	<b>689.571</b>
	-	<b>1.689</b>	<b>4.693.314</b>	<b>3.724.576</b>

## 13 ESTOQUES

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	20.996	10.924	765.199	586.497
Provisão para perdas de estoques	-	-	(31.698)	(25.509)
<b>Mercadoria para revenda líquida</b>	<b>20.996</b>	<b>10.924</b>	<b>733.501</b>	<b>560.988</b>
Produtos em elaboração	23.387	19.026	23.387	19.026
Matérias-primas	73.603	58.897	73.603	58.897
Materiais secundários e outros	51.967	45.476	66.262	57.118
Importação em andamento	1.751	5.034	29.798	34.185
Materiais em trânsito	246	44	246	44
	<b>171.950</b>	<b>139.401</b>	<b>926.797</b>	<b>730.258</b>

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 853.992 (R\$ 752.108 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e R\$ 2.523.568 (R\$ 2.338.408 em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado, o crescimento de 7,82% na linha de custos dos produtos vendidos e serviços prestados em 2018 no consolidado, foi provocado entre outros fatores, pelo aumento de 6,50% de vendas realizadas no exercício pela Controlada Lojas Riachuelo S.A.

### (B) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS DE ESTOQUES

<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(23.399)</b>
Constituições	(19.518)
Baixa da provisão por utilização	17.408
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(25.509)</b>
Constituições	(19.227)
Baixa da provisão por utilização	13.038
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(31.698)</b>

## 14 TRIBUTOS A RECUPERAR

	<b>Nota nº</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Ativo Imobilizado		627	501	34.729	38.892
ICMS		161	5.730	27.692	28.394
Imposto de Renda	(a)	14.163	76.073	98.435	98.416
Contribuição Social	(b)	29.584	53.033	76.513	53.096
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	4.679	-	1.259.134	161.701
INSS	(d)	14.793	14.793	34.222	40.336
Imposto Produtos Industrializados - IPI e Outros		2.584	1.146	4.528	6.406
		<b>66.591</b>	<b>151.276</b>	<b>1.535.253</b>	<b>427.241</b>
<b>Circulante</b>		<b>51.171</b>	<b>135.982</b>	<b>545.816</b>	<b>330.437</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>15.420</b>	<b>15.294</b>	<b>989.437</b>	<b>96.804</b>
		<b>66.591</b>	<b>151.276</b>	<b>1.535.253</b>	<b>427.241</b>

(a) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda recolhidos a maior em 2017 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.

(b) Saldo de contribuição social recolhidos a maior nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.



(c) O saldo da Controladora refere-se à créditos diversos de PIS e da COFINS a serem compensados nos exercícios seguintes. No consolidado está refletido o valor dos créditos de PIS e COFINS reconhecidos no 4º trimestre de 2018 em decorrência do trânsito em julgado de decisão judicial favorável à Controlada Lojas Riachuelo S.A. (ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - RE 574.706), a serem compensados durante os exercícios seguintes, cujo valor apurado e atualizado monta em R\$ 1.167.782 (R\$ 684.658 tributos recuperados e R\$ 483.124 atualização monetária).

(d) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes.

## 15 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

	Vida útil estimada (em anos)	Consolidado		
		2018		2017
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	40	281.386	(103.163)	178.223
				185.077

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

### (b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	185.077	192.131
Adições	214	-
Depreciações	(7.059)	(7.054)
Baixas	(9)	-
<b>Saldo final</b>	<b>178.223</b>	<b>185.077</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor da despesa com depreciação no montante de R\$ 7.059 (R\$ 7.054 em 31 de dezembro de 2017), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos são os seguintes:

	2018	2017
Receitas	71.412	70.148
Despesas operacionais	(14.221)	(12.794)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>57.191</b>	<b>57.354</b>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(9.161)	(8.576)
<b>Lucro líquido</b>	<b>48.030</b>	<b>48.778</b>

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

### (c) METODOLOGIA PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 876.641 para a data de 31 de dezembro de 2018 (R\$ 860.473 em 31 de dezembro de 2017).

## 16 IMOBILIZADO

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		<b>Controladora</b>		
		<b>2018</b>		<b>2017</b>
<b>Vida útil (em anos)</b>		<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>
Imóveis comerciais	25	460.414	(130.211)	330.203
Imobilizado para uso	5 a 25	549.224	(293.551)	255.673
		<b>1.009.638</b>	<b>(423.762)</b>	<b>585.876</b>

		<b>Consolidado</b>		
		<b>2018</b>		<b>2017</b>
<b>Vida útil (em anos)</b>		<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>
Imóveis comerciais	25	460.414	(130.211)	330.203
Imobilizado para uso	5 a 25	3.582.806	(2.029.257)	1.553.549
		<b>4.043.220</b>	<b>(2.159.468)</b>	<b>1.883.752</b>

### 16.1 IMÓVEIS COMERCIAIS

#### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

		<b>Controladora e Consolidado</b>			
		<b>2018</b>		<b>2017</b>	
<b>Vida útil (em anos)</b>		<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
Terrenos	-	217.976	-	217.976	217.976
Edifícios	25	241.984	(130.211)	111.773	118.088
Obras em andamento		454	-	454	454
		<b>460.414</b>	<b>(130.211)</b>	<b>330.203</b>	<b>336.518</b>

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

	Controladora e Consolidado			
	Imóveis comerciais			
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total
<b>Custo</b>				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	217.976	241.984	454	460.414
Saldo em 31 de dezembro de 2017	217.976	241.984	454	460.414
Saldo em 31 de dezembro de 2018	217.976	241.984	454	460.414
<b>Depreciação acumulada</b>				
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(117.848)	-	(117.848)
Despesa de depreciação	-	(6.048)	-	(6.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(123.896)	-	(123.896)
Despesa de depreciação	-	(6.315)	-	(6.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(130.211)	-	(130.211)
<b>Saldos líquidos</b>				
31 de dezembro de 2016	217.976	124.136	454	342.566
31 de dezembro de 2017	217.976	118.088	454	336.518
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>217.976</b>	<b>111.773</b>	<b>454</b>	<b>330.203</b>

16.2 IMOBILIZADO PARA USO

(a) Composição do saldo

				Controladora	
				2018	2017
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	25	116.637	(60.615)	56.022	57.699
Máquinas	16,6	307.573	(173.699)	133.874	135.933
Instalações	20	45.219	(21.390)	23.829	21.077
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	44.453	(34.980)	9.473	9.829
Veículos e transportes	5	3.745	(2.867)	878	623
Imobilizações em curso	-	31.597	-	31.597	13.314
		<b>549.224</b>	<b>(293.551)</b>	<b>255.673</b>	<b>238.475</b>

(\*) Do custo de móveis e utensílios da controladora no valor de R\$ 44.453 (R\$ 42.382 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 14.052 (R\$ 13.316 em 31 de dezembro de 2017) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 30.401 (R\$ 29.066 em 31 de dezembro de 2017), de 10 anos.

				Consolidado	
				2018	2017
Vida útil (em anos)		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25	141.230	(63.590)	77.640	79.793
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.692.325	(817.302)	875.023	897.730
Máquinas	16,6	307.573	(173.699)	133.874	135.933
Instalações	20	487.665	(421.564)	66.101	85.180
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	764.724	(474.748)	289.976	233.416
Veículos e transportes	5	136.683	(78.354)	58.329	56.816
Imobilizado em curso	-	52.606	-	52.606	22.261
		<b>3.582.806</b>	<b>(2.029.257)</b>	<b>1.553.549</b>	<b>1.511.129</b>

(\*\*) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 764.724 (R\$ 645.715 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 322.470 (R\$ 288.306 em 31 de dezembro de 2017) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 442.254 (R\$ 357.409 em 31 de dezembro de 2017), de 10 anos.

**(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO**

							Controladora
Imobilizado							
	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	114.284	289.241	39.519	40.436	3.016	15.385	501.881
Adições	-	2.050	848	1.464	223	9.957	14.542
Baixas	-	(1.118)	(16)	(161)	(134)	-	(1.429)
Transferências	510	9.581	1.294	643	-	(12.028)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	114.794	299.754	41.645	42.382	3.105	13.314	514.994
Adições	1.843	958	791	2.157	640	32.474	38.863
Baixas	-	(4.065)	(169)	(245)	-	(154)	(4.633)
Transferências	-	10.926	2.952	159	-	(14.037)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	116.637	307.573	45.219	44.453	3.745	31.597	549.224
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(53.503)	(153.312)	(19.599)	(29.992)	(2.260)	-	(258.666)
Despesa de depreciação	(3.592)	(11.330)	(983)	(2.648)	(356)	-	(18.909)
Baixas	-	767	14	141	134	-	1.056
Transferências	-	54	-	(54)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(57.095)	(163.821)	(20.568)	(32.553)	(2.482)	-	(276.519)
Despesa de depreciação	(3.520)	(12.667)	(988)	(2.642)	(385)	-	(20.202)
Baixas	-	2.789	166	215	-	-	3.170
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(60.615)	(173.699)	(21.390)	(34.980)	(2.867)	-	(293.551)
Saldos líquidos							
31 de dezembro de 2016	60.781	135.929	19.920	10.444	756	15.385	243.215
31 de dezembro de 2017	57.699	135.933	21.077	9.829	623	13.314	238.475
31 de dezembro de 2018	56.022	133.874	23.829	9.473	878	31.597	255.673

Consolidado								
Imobilizado								
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	138.851	1.496.187	288.529	499.918	572.221	128.651	94.275	3.218.632
Adições	26	54.338	2.050	848	13.426	2.841	52.727	126.256
Baixas	-	(1.918)	(1.118)	(415)	(5.837)	(1.959)	(422)	(11.669)
Transferências (*)	510	35.635	9.581	1.293	65.905	2.668	(124.319)	(8.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.387	1.584.242	299.042	501.644	645.715	132.201	22.261	3.324.492
Adições	1.843	82.659	958	803	26.628	2.129	192.936	307.956
Baixas	-	(7.587)	(4.065)	(17.735)	(11.342)	(1.535)	(5.874)	(48.138)
Transferências (*)	-	33.011	10.926	2.953	103.723	3.888	(156.717)	(2.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	141.230	1.692.325	306.861	487.665	764.724	136.683	52.606	3.582.094
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(55.019)	(550.094)	(152.600)	(390.718)	(353.164)	(66.474)	-	(1.568.069)
Despesa de depreciação	(4.575)	(136.827)	(11.330)	(26.120)	(64.544)	(10.274)	-	(253.670)
Baixas	-	409	767	374	5.463	1.363	-	8.376
Transferências	-	-	54	-	(54)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(59.594)	(686.512)	(163.109)	(416.464)	(412.299)	(75.385)	-	(1.813.363)
Despesa de depreciação	(3.996)	(133.556)	(12.667)	(22.820)	(71.166)	(4.464)	-	(248.669)
Baixas	-	2.766	2.789	17.720	8.717	1.495	-	33.487
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(63.590)	(817.302)	(172.987)	(421.564)	(474.748)	(78.354)	-	(2.028.545)
Saldos líquidos								
31 de dezembro de 2016	83.832	946.093	135.929	109.200	219.057	62.177	94.275	1.650.563
31 de dezembro de 2017	79.793	897.730	135.933	85.180	233.416	56.816	22.261	1.511.129
31 de dezembro de 2018	77.640	875.023	133.874	66.101	289.976	58.329	52.606	1.553.549

(\*) Referem-se aos valores transferidos para o grupo Intangível, razão pelo qual não zeram.

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a Controlada Lojas Riachuelo, nas 11 novas lojas, 42 remodelações dos pontos comerciais, de investimentos em TI e antecipações de imobilizações futuras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No exercício findo de 31 de dezembro de 2017, foram inauguradas 12 novas lojas, 20 remodelações e a implantação de melhorias no centro de distribuição.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não são considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

### 16.3 DEPRECIAÇÃO

A Companhia procede a revisão anualmente da vida útil estimada de seu ativo imobilizado com o auxílio dos engenheiros da Companhia, e até 31 de dezembro de 2018, não houve alteração significativa nos processos que afetasse a relação vidas úteis.

A Controlada Lojas Riachuelo realizou a revisão de vida útil das suas principais classes de imobilizado, por meio de uma consultoria especializada em ativos, gerando uma redução na despesa de depreciação no montante de R\$ 15.406 no ano de 2018. Com esse trabalho, a controlada criou novas classes de imobilizado considerando uma nova vida útil para os ativos registrados e futuramente adquiridos.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

### 16.4 IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

#### CONSOLIDADO:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis em linhas com os contratos de locação, em média 10 anos (imóveis de terceiros).

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas.

### 16.5 PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE IMOBILIZADO ("IMPAIRMENT")

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

## 17 INTANGÍVEL

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Controladora	
				2018	2017
				Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	135	-	135	120
Gastos com implantação	5	2.888	(2.365)	523	-
		<b>3.023</b>	<b>(2.365)</b>	<b>658</b>	<b>120</b>

				Consolidado
				2018
Vida útil (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	1.391	-	1.391
Pontos comerciais	(*)	57.842	(30.156)	27.686
Software	5	143.353	(104.703)	38.650
Gastos com implantação	5	178.282	(57.879)	120.403
		<b>380.868</b>	<b>(192.738)</b>	<b>188.130</b>
				<b>137.433</b>

(\*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 54.842 (R\$ 54.842 em 31 de dezembro de 2017), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

A Controlada Lojas Riachuelo realizou a revisão de vida útil em seu grupo de intangível, por meio de uma consultoria especializada, considerando as novas tecnologias aplicadas a esse grupo de ativo para estender a sua vida útil, alcançando uma redução na despesa de amortização no montante de R\$ 11.966 para o ano de 2018.

#### (b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

As movimentações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

		Controladora	
	Marcas e patentes	Gastos com implantação	Total
<b>Custo</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>116</b>	<b>2.312</b>	<b>2.428</b>
Adições	4	-	4
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>120</b>	<b>2.312</b>	<b>2.432</b>
Adições	15	576	591
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>135</b>	<b>2.888</b>	<b>3.023</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>(2.312)</b>	<b>(2.312)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>-</b>	<b>(2.312)</b>	<b>(2.312)</b>
Despesa de amortização	-	(53)	(53)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>-</b>	<b>(2.365)</b>	<b>(2.365)</b>
<b>Saldos líquidos</b>			
31 de dezembro de 2016	116	-	116
31 de dezembro de 2017	120	-	120
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>135</b>	<b>523</b>	<b>658</b>

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
<b>Custo</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.277</b>	<b>54.508</b>	<b>117.823</b>	<b>70.412</b>	<b>244.020</b>
Adições	98	3.334	11.326	34.465	49.223
Transferências (*)	-	-	2.339	6.387	8.726
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.375</b>	<b>57.842</b>	<b>131.488</b>	<b>111.264</b>	<b>301.969</b>
Adições	16	-	11.401	66.336	77.753
Baixas	-	-	(981)	(89)	(1.070)
Transferências (*)	-	-	1.445	771	2.216
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.391</b>	<b>57.842</b>	<b>143.353</b>	<b>178.282</b>	<b>380.868</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	-	<b>(21.071)</b>	<b>(80.135)</b>	<b>(30.009)</b>	<b>(131.215)</b>
Despesa de amortização	-	(4.784)	(14.194)	(14.343)	(33.321)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	<b>(25.855)</b>	<b>(94.329)</b>	<b>(44.352)</b>	<b>(164.536)</b>
Despesa de amortização	-	(4.301)	(11.355)	(13.532)	(29.188)
Baixas	-	-	981	5	986
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	<b>(30.156)</b>	<b>(104.703)</b>	<b>(57.879)</b>	<b>(192.738)</b>
<b>Saldos líquidos</b>					
31 de dezembro de 2016	1.277	33.437	37.688	40.403	112.805
31 de dezembro de 2017	1.375	31.987	37.159	66.912	137.433
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.391</b>	<b>27.686</b>	<b>38.650</b>	<b>120.403</b>	<b>188.130</b>

(\*) Referem-se aos valores transferidos do grupo Imobilizado, razão pelo qual não zeram.

As adições de softwares e gastos de implantação no montante R\$ 77.753 no consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, referem-se basicamente aos projetos de desenvolvimento da TI da Lojas da Riachuelo. No exercício findo de 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 47.991, basicamente ao desenvolvimento do e-commerce da Riachuelo e de softwares das operações da controlada Midway Financeira.

## 18 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Nacionais	56.919	45.261	410.023	403.558
Estrangeiros	5.293	7.247	41.177	48.399
	<b>62.212</b>	<b>52.508</b>	<b>451.200</b>	<b>451.957</b>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada período.

O aumento de fornecedores nacionais na Controladora foi provocado pela necessidade de compras de novas matérias primas para os desenvolvimentos das coleções de 2018 e 2019.

No Consolidado os fornecedores nacionais foram impactados pelo "rollout" da operação da perfumaria, com prazos de pagamentos menores.

## 19 FORNECEDORES – "CONFIRMING"

Em 2016, a Controlada Lojas Riachuelo firmou convênio com o banco Santander a operação de "confirming" para gerir seus compromissos com os fornecedores, as quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para o banco Santander.



				Consolidado	
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Vencimento	2018	2017
Em moeda nacional					
Fornecedor - "Confirming"	1,50 a.m.	2,7 meses	2019	68.567	72.395
Total				68.567	72.395

## 20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional				Controladora		Consolidado	
Taxa de juros nominal	Nota	Instituição Financeira	Vencimento	2018	2017	2018	2017
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	454	2.193
105,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	3.342	21.833
110,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	244.687	62.653
115,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2019	-	-	3.043	4.625
115,00% CDI	(a)	SANTANDER - Midway S.A. CFI	Até 2020	-	-	179.972	-
115,00% CDI	(a)	BRADESCO - Midway S.A. CFI	Até 2020	-	-	200.737	-
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2019	247	198	247	198
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	13.819	54.171
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	133.819	193.970
1,42% a 4,08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2022	-	-	90.552	112.547
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Guararapes	Até 2021	523	775	523	775
5,00% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	213
5,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	2.425	5.660
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2019	1.160	3.516	1.160	3.516
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Guararapes	Até 2021	367	540	367	540
3,00% a.a.	(e)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	24.841	30.727
3,50% a.a.	(c)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	-	233
3,50% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	9.741	14.337
4,00% a.a.	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo - SAFRA	Até 2018	-	-	-	455
4,00% a.a.	(c)	BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019	-	-	243	887
		Custos dos empréstimos		-	-	(2.057)	(2.720)
<b>Total</b>				<b>2.297</b>	<b>5.029</b>	<b>907.915</b>	<b>506.813</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.835</b>	<b>2.994</b>	<b>369.188</b>	<b>234.052</b>
<b>Não-circulante</b>				<b>462</b>	<b>2.035</b>	<b>538.727</b>	<b>272.761</b>
				<b>2.297</b>	<b>5.029</b>	<b>907.915</b>	<b>506.813</b>

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas jurídicas e físicas com juros variando de 102% a 115% do CDI com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro, com conversibilidade imediata, sendo R\$ 247.755 com partes relacionadas (R\$ 73.867 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).

(c) Recursos utilizados para o capital de giro na expansão, reforma e aquisição de equipamentos da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo, Transportadora Casa Verde e da Companhia.

(d) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.

(e) Aquisição de aeronave.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2022. Os contratos das controladas com o BNDES e o Santander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória com vencimentos previstos até 2023.

## COVENANTS

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - "covenants" para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos "covenants", os quais estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(\*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(\*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, a margem EBITDA Adaptada era de 31,25%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2018, a relação era de 9,42%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente era de 1,66.

(\*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.881</b>	<b>4.772</b>	<b>828.547</b>	<b>405.791</b>
Captações	1.013	-	146.188	10.023
Juros e variação cambial	550	-	90.039	-
Transferências	2.737	(2.737)	143.053	(143.053)
Custos dos empréstimos a amortizar	-	-	(3.522)	-
Custos dos empréstimos amortizado	-	-	803	-
Amortização de Juros	(501)	-	(17.709)	-
Pagamento de principal	(4.686)	-	(953.347)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.994</b>	<b>2.035</b>	<b>234.052</b>	<b>272.761</b>
Captações	1.026	-	731.380	375.050
Juros e variação cambial	245	-	42.062	4.922
Transferências	1.573	(1.573)	114.006	(114.006)
Amortização de Juros	(238)	-	(23.026)	-
Pagamento de principal	(3.765)	-	(729.286)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.835</b>	<b>462</b>	<b>369.188</b>	<b>538.727</b>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

<b>Vencimento</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2020	427	478.043
2021	35	37.989
2022	-	21.234
2023	-	1.461
	<b>462</b>	<b>538.727</b>

## 21 DEBÊNTURES

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovada a primeira emissão em 15 de junho de 2016 de debêntures em série única no valor de R\$ 200 milhões, da espécie quirografária com garantia fidejussória, sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros. No dia 22 de dezembro de 2016 foi realizada a reunião do Conselho de Administração aprovando a segunda emissão de debêntures em duas séries, sendo de R\$ 300 milhões a primeira série e de R\$ 175 milhões a segunda série.

A Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória, conforme ata de reunião do Conselho Administrativo realizada em 23 de abril de 2018, num montante de R\$ 800 milhões, emissão em 25 de abril de 2018 e vencimento em uma única parcela em 25 de abril de 2021, com remuneração semestral.

Características da oferta das debêntures:

Debêntures	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	1ª Emissão
Emissor	Lojas Riachuelo	Lojas Riachuelo	Lojas Riachuelo	Guararapes
Série	Única	1ª série	2ª série	Única
Títulos emitidos	200.000	300.000	175.000	80.000
Valor total	R\$200.000.000,00	R\$300.000.000,00	R\$175.000.000,00	R\$800.000.000,00
Remuneração	118,50% do CDI	112,20% (1ª Série) do CDI	113,10% (2ª Série) do CDI	109,50% do CDI
Pagamento de juros	Semestrais	12 e 24 meses após emissão	18 e 24 meses após emissão	Semestrais
Data da emissão	15 de junho de 2016	2 de janeiro de 2017	2 de janeiro de 2017	25 de abril de 2018
Vencimento	15 de junho de 2019	2 de janeiro de 2019	2 de janeiro de 2019	25 de abril de 2021

#### Moeda nacional

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2018	2017	2018	2017
118,50% do CDI	Lojas Riachuelo	15/06/2019	-	-	66.842	133.710
113,10% do CDI	Lojas Riachuelo	02/01/2019	-	-	90.596	194.657
112,20% do CDI	Lojas Riachuelo	02/01/2019	-	-	160.804	333.415
Custos das debêntures	Lojas Riachuelo	15/06/2019	-	-	(295)	(2.305)
109,50% do CDI	Guararapes	25/04/2021	809.545	-	809.545	-
Custos das debêntures	Guararapes	25/04/2021	(1.519)	-	(1.519)	-
			<b>808.026</b>	<b>-</b>	<b>1.125.973</b>	<b>659.477</b>
<b>Circulante</b>			<b>8.866</b>	<b>-</b>	<b>326.813</b>	<b>322.074</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>799.160</b>	<b>-</b>	<b>799.160</b>	<b>337.403</b>
			<b>808.026</b>	<b>-</b>	<b>1.125.973</b>	<b>659.477</b>

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-	<b>67.993</b>	<b>133.333</b>
Captações	-	-	-	475.000
Juros	-	-	72.729	-
Transferências	-	-	270.930	(270.930)
Custo das Debentures a amortizar	-	-	(3.310)	-
Custo das Debentures amortizado	-	-	1.005	-
Pagamento de juros	-	-	(20.606)	-
Amortização do principal	-	-	(66.667)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	-	<b>322.074</b>	<b>337.403</b>
Captações	-	800.000	-	800.000
Juros	34.699	-	64.277	-
Transferências	-	-	337.403	(337.403)
Custo das Debentures a amortizar	(1.152)	(840)	(1.152)	(840)
Custo das Debentures amortizado	473	-	473	-
Pagamento de juros	(25.154)	-	(92.096)	-
Amortização do principal	-	-	(304.166)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.866</b>	<b>799.160</b>	<b>326.813</b>	<b>799.160</b>

## COVENANTS

MANTER O DO ÍNDICE FINANCEIRO IGUAL OU INFERIOR A 2,5 (DOIS INTEIROS E CINCO DÉCIMOS).

I. “Índice Financeiro” significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2018 em diante;

II. “Dívida Líquida” significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de *hedge (swap)*; (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

III. “EBITDA ajustado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, “Incentivo Fiscal de IR”, considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao “Incentivo Fiscal de IR” contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa desembolso efetivo.

O índice apurado em 31 de dezembro de 2018 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi de 0,58 (0,65 em 2017), estando inferior ao máximo pactuado.

## 22 CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Em 26 de julho de 2016, a Companhia autorizou a emissão de certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com pagamentos de 10 parcelas semestrais, sendo a última em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

Taxa de juros nominal	Emissor	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2018	2017
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	111.049	136.105
Custos do CRI		12/08/2021	(1.953)	(2.709)
Valor líquido CRI			<b>109.096</b>	<b>133.396</b>
			Controladora e Consolidado	
			2018	2017
<b>Saldo Inicial</b>			<b>133.396</b>	<b>154.978</b>
Gastos amortizados			756	756
Juros sobre CRI			7.426	13.751
Pagamento de juros			(8.722)	(6.089)
Amortização do principal			(23.760)	(30.000)
<b>Saldo Final</b>			<b>109.096</b>	<b>133.396</b>
<b>Circulante</b>			<b>30.968</b>	<b>24.874</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>78.128</b>	<b>108.522</b>
			<b>109.096</b>	<b>133.396</b>

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2018
2020	34.958
2021	43.170
	<b>78.128</b>

## 23 SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão de férias e encargos	20.025	12.230	112.407	96.878
Salários a pagar	142	28	7.195	5.975
FGTS a recolher	2.154	2.343	9.266	9.023
INSS a recolher	2.597	4.173	27.728	29.917
PIS a recolher	-	160	-	7.192
COFINS a recolher	-	785	-	34.977
Participações nos lucros	1.600	3.673	49.962	135.062
Outros	620	199	8.996	7.155
	<b>27.138</b>	<b>23.591</b>	<b>215.554</b>	<b>326.179</b>

## 24 OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	7.385	4.062	135.310	145.914
COFINS	-	-	57.120	-
PIS	-	-	10.937	-
Outros	-	-	10.614	12.495
	<b>7.385</b>	<b>4.062</b>	<b>213.981</b>	<b>158.409</b>

## 25 OBRIGAÇÕES COM ADMINISTRADORES DE CARTÕES

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 1.238.797 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 857.482 em 31 de dezembro de 2017) representa as contas a pagar com as administradoras de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas em um prazo de 27 dias da data da transação.

## 26 PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

### (a) COMPOSIÇÃO DO SALDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão por natureza				
Trabalhistas	11.091	11.950	40.128	49.598
Fiscais	2.220	2.220	131.665	88.669
Cíveis	-	-	16.768	19.165
	<b>13.311</b>	<b>14.170</b>	<b>188.561</b>	<b>157.432</b>
Depósito judicial				
Fiscais	(2.392)	(2.392)	(2.392)	(2.392)
	<b>10.919</b>	<b>11.778</b>	<b>186.169</b>	<b>155.040</b>

(b) MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora		
	Fiscal	Trabalhista	Depósito
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>110.625</b>	<b>8.823</b>	<b>(113.012)</b>
Constituições	-	3.127	-
Reversão	(110.121)	-	-
Transferência ativo	-	-	110.121
Encargos	1.716	-	499
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.220</b>	<b>11.950</b>	<b>(2.392)</b>
Reversão	-	(859)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.220</b>	<b>11.091</b>	<b>(2.392)</b>

	Consolidado				
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>225.833</b>	<b>40.242</b>	<b>19.995</b>	<b>286.070</b>	<b>(113.012)</b>
Constituição(reversão)	(28.758)	9.356	(830)	(20.232)	-
Encargos	1.715	-	-	1.715	499
Transferência (*)	(110.121)	-	-	(110.121)	110.121
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>88.669</b>	<b>49.598</b>	<b>19.165</b>	<b>157.432</b>	<b>(2.392)</b>
Constituição(reversão)	42.996	(6.599)	(2.397)	34.000	-
Pagamentos	-	(2.871)	-	(2.871)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>131.665</b>	<b>40.128</b>	<b>16.768</b>	<b>188.561</b>	<b>(2.392)</b>

(\*) Valor transferido para depósitos judiciais no ativo. Baixa de provisão conforme Nota Explicativa nº 26.c.1.2.

(c) PROCESSOS FISCAIS

(c.1) CONTROLADORA

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão totalizava R\$ 2.220. Há depósito judicial de R\$ 2.392.

Provisionado	Controladora	
	Provisão	Depósito Judicial
INCRA/INSS	2.220	(2.392)
Trabalhistas	11.091	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>13.311</b>	<b>(2.392)</b>

Provisionado	Controladora	
	Provisão	Depósito Judicial
INCRA/INSS	2.220	(2.392)
Trabalhistas	11.950	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.170</b>	<b>(2.392)</b>

#### (c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

- Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de aluguéis da base de cálculo do lucro da exploração, no período de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam respectivamente a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778. Os valores envolvidos nas discussões atualizados até 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$ 274.665 (R\$ 258.138 em 31 de dezembro de 2017), devidamente garantido mediante apólice de seguro garantia, R\$ 55.562 (R\$ 52.219 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 123.539 (R\$ 116.106 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controladora, amparada por decisão liminar, vem apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS em suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão. No primeiro trimestre de 2017, reverteu a provisão que vinha constituindo no valor de R\$ 110.121, por ocasião da decisão favorável proferida pelo STF.

A Administração aguarda o julgamento pelo STF dos embargos declaratórios opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional versando especialmente sobre a modulação de efeitos da decisão proferida em março de 2017, para estimar o valor do crédito tributário a recuperar, bem como avaliar demais efeitos passados e futuros dessa decisão.

#### (c.1.3) Processos de natureza trabalhista

A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais (trabalhistas) no montante de R\$ 11.091 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2017).

#### (c.1.4) Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho não provisionado

- Processo 0000694-45.2017.5.21.0007

A Companhia recebeu a Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho requerendo a contratação, pela Guararapes, dos funcionários das oficinas de costura (empresas prestadoras de serviços) e uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 37,7 milhões, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalho – FAT ou entidades públicas ou privadas de reconhecido valor social indicadas pelo Ministério Público do Trabalho. O departamento jurídico da Companhia e assessores classificam o risco como remoto, sendo assim não foi constituída nenhuma provisão.

#### (c.2) CONSOLIDADO

##### (c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

- Salário Educação - Ação Ordinária

A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, por meio da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da autuação. O valor da provisão atualizado com aplicação de multa e juros monta a R\$ 678 (R\$ 3.291 em 31 de dezembro de 2017), sendo que a queda significativa foi decorrente da inclusão do valor no REFIS concluído em janeiro de 2018.

- PIS e COFINS – Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. obteve o deferimento de medida liminar em 2016, reestabelecendo o benefício previsto na Lei do Bem nº 11.196/05, suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que havia sido revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. Em maio de 2017, houve acórdão pelo TRF que julgou improcedente a ação, revogando a liminar, cujos valores passaram a ser apurados e depositados mensalmente em juízo. Em 31 de dezembro de 2018, o total provisionado foi de R\$ 106.984 (R\$ 63.537 em 31 de dezembro de 2017).



### (c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível e trabalhista, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 26.960 (R\$ 37.148 em 31 de dezembro de 2017), na controlada Lojas Riachuelo S.A. em 31 de dezembro de 2018 um valor de R\$ 18.548 (R\$ 19.664 em 31 de dezembro de 2017), na controlada transportadora Casa Verde em 31 de dezembro de 2018 um valor de R\$ 297 (não tinha em 31 de dezembro de 2017) e na Guararapes Confeções R\$ 11.091 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.950 em 31 de dezembro de 2017) de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$56.894 (R\$ 68.762 em 31 de dezembro de 2017).

Provisionado	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	2.220	(2.392)	(172)
Salario-Educação	678	-	678
PIS/COFINS - Lei do Bem	106.984	-	106.984
PIS/COFINS - Créditos	21.783	-	21.783
Processos de natureza trabalhista e cível	56.896	-	56.896
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>188.561</b>	<b>(2.392)</b>	<b>186.169</b>

Provisionado	Consolidado		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
INCRA/INSS	2.220	(2.392)	(172)
Salario-Educação	3.291	-	3.291
PIS/COFINS - Lei do Bem	63.537	-	63.537
PIS/COFINS - Créditos	19.622	-	19.622
Processos de natureza trabalhista e cível	68.762	-	68.762
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>157.432</b>	<b>(2.392)</b>	<b>155.040</b>

### (c.2.3) Processos de natureza fiscal não provisionados

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui em 31 de dezembro de 2018, processos tributários no montante de R\$ 401.949 (R\$ 360.789 em 31 de dezembro de 2017), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível, portanto não provisionados, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir:

- ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., amparada por nova decisão liminar, vem apurando e recolhendo mensalmente estes tributos com a exclusão do ICMS de suas bases de cálculo e sem a constituição de provisão desde da decisão do STF.

- PIS "Semestralidade"

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações relativas a compensações realizadas com base em decisões judiciais favoráveis já transitadas em julgado versando sobre a constitucionalidade dos Decretos – Lei 2445/88 e 2449/88. Os processos estão em discussão na esfera administrativa e judicial e o montante envolvido com a aplicação de juros e mora equivale a R\$ 38.876 (R\$ 36.537 em 31 de dezembro de 2017).

- PIS/COFINS – Não Cumulatividade

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de autos de infração que se encontram pendentes de julgamento na esfera administrativa e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 165.785 (R\$ 155.810 em 31 de dezembro de 2017).

- PIS/COFINS/II

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. foi autuada em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e do Imposto de Importação (II) nas operações de importações de mercadorias, cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 36.984 (R\$ 34.759 em 31 de dezembro de 2017). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

- Contribuições Previdenciárias

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuação em virtude de suposta divergência no pagamento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR. A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 16.727 (R\$ 15.721 em 31 de dezembro de 2017).

- ICMS – Base de Cálculo

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. sofreu autuações por parte da Fazenda do Estado da Bahia em decorrência de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais. Os processos estão em discussão nas esferas administrativa e judicial e o montante envolvido com a aplicação de juros e mora equivale a R\$ 8.679 (R\$ 6.526 em 31 de dezembro de 2017), considerado o crescimento decorrente de novos processos abertos no decorrer de 2018. Há ainda autuações relativas a essa mesma operação envolvendo supostas divergências de estoque e que totalizam R\$ 6.712 (R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2017).

- ICMS – Diversos

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui autuações por parte dos Fiscos Estaduais envolvendo seus diversos estabelecimentos relacionadas a antecipação tributária, supostas divergências de estoques, crédito indevido e obrigações acessórias, sendo que os processos estão nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora monta R\$ 51.747 (R\$ 36.541 em 31 de dezembro de 2017), considerando o crescimento decorrente de novos processos abertos no decorrer de 2018.

- ICMS – Importação

A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui discussão judicial relativa ao crédito de ICMS em operação de importação, devidamente garantida por fiança bancária, atualmente aguardando julgamento. O montante envolvido com a aplicação de juros e multa de mora equivale a R\$ 43.626 (R\$ 41.001 em 31 de dezembro de 2017).

#### (d) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	72	807	626	1.361
PIS/COFINS - ICMS(**)	119.224	114.926	119.225	114.926
PIS/COFINS - MP do bem	-	-	103.751	57.916
Cível/Trabalhista	5.253	5.880	13.454	12.037
Outros Depósitos	-	-	5.784	915
	<b>124.549</b>	<b>121.613</b>	<b>248.436</b>	<b>192.751</b>

(\*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra a Controlada Lojas Riachuelo S.A. que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0, visando à cobrança do valor de R\$ 5.596 a título de ICMS decorrente de divergências de estoque. A controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

(\*\*) Refere-se aos depósitos judiciais de junho de 2007 a março de 2015 do processo do PIS/COFINS sobre o ICMS da Companhia corrigidos até 31 de dezembro de 2018.

## Mapa de movimentação do saldo

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.081</b>	<b>17.294</b>
Depósitos	3.007	64.190
Baixa de depósito	(2.401)	(3.659)
Atualização monetária	4.805	4.805
Transferência	110.121	110.121
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>121.613</b>	<b>192.751</b>
Depósitos	1.244	55.493
Baixa de depósito	(3.225)	(8.205)
Atualização monetária	4.917	8.397
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>124.549</b>	<b>248.436</b>

## 27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prejuízos fiscais	271.632	121.051	685.328	893.169
Provisão para perdas por valor recuperável	2.946	1.256	500.695	351.240
Provisão para riscos tributários	-	-	136.108	92.851
Provisão para contingências - Trabalhistas e cíveis	13.311	14.170	80.158	94.199
Provisão para perdas estimadas em estoque	-	-	31.698	25.509
Provisão para participação dos funcionários no resultado	1.600	3.673	50.126	135.387
Lei 12.973/14 - Implantação do saldo inicial	(45.235)	(40.074)	(45.235)	(40.074)
Revisão vida útil - CPC 27	-	-	(43.265)	(46.905)
Revisão mais valia - CPC 27	(208.829)	(216.317)	(208.829)	(216.317)
Outras diferenças temporárias	415	62	1.157	805
<b>Base de cálculo</b>	<b>35.840</b>	<b>(116.179)</b>	<b>1.187.941</b>	<b>1.289.864</b>
Alíquota nominal IRPJ	25%	25%	25%	25%
IRPJ Diferido	8.960	(29.045)	296.985	322.466
Alíquota nominal CSLL	9%	9%	9%	9%
CSLL Diferido	3.225	(10.456)	106.915	116.088
Diferença de alíquota CSLL (*)	-	-	11%	11%
Complemento CSLL diferido	-	-	60.035	45.141
<b>Total do IRPJ e CSLL - Diferido</b>	<b>12.185</b>	<b>(39.501)</b>	<b>463.935</b>	<b>483.695</b>
Ativo não circulante	12.185	-	463.935	483.695
Passivo não circulante	-	(39.501)	-	-
<b>Líquido</b>	<b>12.185</b>	<b>(39.501)</b>	<b>463.935</b>	<b>483.695</b>

(\*) A diferença de alíquota da CSLL é decorrente da consolidação dos saldos da controlada indireta Midway Financeira, a qual possui alíquota de 20% em consonância com a lei 13.169/15.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	92.355	41.157	242.645	303.511
Provisão para perdas por valor recuperável	1.002	427	224.989	157.920
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis	4.525	4.818	76.546	64.295
Diferenças temporais - Provisão	4.886	6.102	25.048	65.921
	<b>102.768</b>	<b>52.504</b>	<b>569.228</b>	<b>591.647</b>

(a) O valor do imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal de R\$ 242.645 registrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 303.511 em 31 de dezembro de 2017), é composto por: R\$ 149.817 (R\$ 262.025 em 31 de dezembro de 2017) da Controlada Lojas Riachuelo S.A.; R\$ 473 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2017) da Transportadora Casa Verde e R\$ 92.355 (R\$ 41.157 em 31 de dezembro de 2017) da Companhia.

(b) O valor total do imposto de renda e contribuição social diferido ativo de R\$ 569.228 registrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 591.647 em 31 de dezembro de 2017), é composto por: R\$ 220.239 (R\$ 353.877 em 31 de dezembro de 2017) é da Lojas Riachuelo; R\$ 245.598 (R\$ 184.673 em 31 de dezembro de 2017) é da Midway Financeira; R\$ 623 (R\$ 593 em 31 de dezembro de 2017) é da Transportadora Casa Verde e R\$ 102.768 (R\$ 52.504 em 31 de dezembro de 2017) é da Companhia.

A expectativa de realização do saldo em 31 de dezembro de 2018, está assim apresentada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2019	4.675	39.943
2020	7.990	58.604
2021	10.186	64.682
2022	9.866	19.778
2023	9.216	9.216
2024	13.899	13.899
2025	13.751	13.751
2026	21.959	21.959
2027	813	813
<b>TOTAL</b>	<b>92.355</b>	<b>242.645</b>

A revisão da expectativa de realização do diferido é efetuada anualmente, no fechamento do último trimestre.

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a provisão para perdas por valor recuperável e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

#### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs				
Custo Atribuído	71.002	73.548	71.002	73.548
Diferença de taxas de depreciação	19.581	18.457	34.291	34.404
	<b>90.583</b>	<b>92.005</b>	<b>105.293</b>	<b>107.952</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ajuste de avaliação patrimonial sobre a adoção aos IFRS e CPCs				
Custo Atribuído	208.829	216.317	208.829	216.317
Diferença de taxas de depreciação	57.591	54.286	100.856	101.189
<b>Base de cálculo</b>	<b>266.420</b>	<b>270.603</b>	<b>309.685</b>	<b>317.506</b>
IR diferido à alíquota de 25%	66.605	67.651	77.421	79.377
CSLL diferida à alíquota de 9%	23.978	24.354	27.872	28.575
	<b>90.583</b>	<b>92.005</b>	<b>105.293</b>	<b>107.952</b>

## DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.183.466	547.872
Alíquota nominal %	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social, nominais</b>	<b>(402.378)</b>	<b>(186.276)</b>
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Diferenças temporárias:		
Equivalência patrimonial	344.064	132.387
Incentivos fiscais - ICMS (a)	22.688	21.728
IR e CSLL sobre juros capital próprio	87.365	38.819
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	1.911	(35.178)
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	1.124	1.547
Provisão para perdas por valor recuperável	(575)	(393)
Despesas Indedutíveis	32	(1.966)
Tributos com exigibilidades suspensas	-	36.858
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	522	16.941
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)</b>	<b>52.208</b>	<b>22.455</b>
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	522	16.941
Diferido	51.686	5.514
	<b>52.208</b>	<b>22.455</b>
Pagamentos efetuados	(5.661)	5.281
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	6.247	966
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>586</b>	<b>6.247</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.789.048	775.776
Alíquota nominal - %	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social, nominal</b>	<b>(608.276)</b>	<b>(263.764)</b>
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway Financeira	(58.792)	(25.781)
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas por valor recuperável	(72.729)	(12.157)
Incentivos fiscais - ICMS (a)	22.688	21.728
IR e CSLL sobre juros capital próprio	87.365	38.819
Despesas Indedutíveis	18.345	(5.133)
Lucros nos estoques	(1.745)	7.374
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias de exercícios	57.308	(25.031)
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs - Custo Atribuído	2.029	4.842
IR e CSLL sobre tributos com exigibilidades suspensas	(89)	36.713
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	522	16.941
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)</b>	<b>(553.374)</b>	<b>(205.449)</b>
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior	522	16.941
Corrente	(535.553)	(208.367)
Diferido	(18.343)	(14.023)
	<b>(553.374)</b>	<b>(205.449)</b>
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	535.553	208.367
Pagamentos efetuados	(100.166)	(209.678)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	80.149	81.460
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>515.536</b>	<b>80.149</b>

(a) A Companhia baseado em seus assessores tributários tratam os incentivos com ICMS (PROADI-RN e PROVIN-CE) como verbas de subvenção.

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 6.676 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 7.158). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 17.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.269 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 2.433).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

## 28 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 28.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

#### Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2018 (\*)

Acionista	Total	%	Escritural		Escritural	
			Ordinária	%	Preferencial	%
LISIANE GURGEL ROCHA	17.408.007	27,90	8.040.029	25,77	9.367.978	30,03
ELVIO GURGEL ROCHA	17.163.802	27,51	7.850.824	25,16	9.312.978	29,85
FLAVIO GURGEL ROCHA	17.063.801	27,35	7.750.824	24,84	9.312.977	29,85
OUTROS	10.764.390	17,24	7.558.323	24,23	3.206.067	10,27
	<b>62.400.000</b>	<b>100,00</b>	<b>31.200.000</b>	<b>100,00</b>	<b>31.200.000</b>	<b>100,00</b>

(\*) Conforme Comunicado ao mercado de 03 de julho de 2018, o Presidente e acionista controlador Nevaldo Rocha realizou a doação de suas ações para os filhos, também acionistas controladores da Companhia.

#### Composição com destaque dos principais acionistas em 31 de dezembro de 2017

Acionista	Total	%	Escritural		Escritural	
			Ordinária	%	Preferencial	%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,19
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,02
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,36	5.833.209	18,70	6.868.550	22,02
OUTROS	10.764.390	17,24	7.558.323	24,23	3.206.067	10,27
	<b>62.400.000</b>	<b>100,00</b>	<b>31.200.000</b>	<b>100,00</b>	<b>31.200.000</b>	<b>100,00</b>

O capital social da Companhia é dividido em:

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

Na Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado pelos acionistas presentes, a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, conforme proposta aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2018 (vide nota 40).

Os acionistas preferencias ausentes tiveram 30 dias a contar da publicação no dia 28 de dezembro de 2018, da ata da Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais, para exercerem o seu direito de retirada.

## 28.2 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 27 de março de 2018, 22 de junho de 2018, 21 de setembro de 2018 e 17 de dezembro de 2018, o creditamento aos seus acionistas de juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 27.518 no 1º trimestre de 2018, R\$ 25.625 no 2º trimestre de 2018, R\$ 30.764 no 3º trimestre e R\$ 173.049 no 4º trimestre, totalizando R\$ 256.956 no exercício de 2018, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), cujo o pagamento será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Cálculo dos juros sobre capital próprio:

	2018	2017
Patrimônio líquido do exercício anterior	3.971.163	3.520.752
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(142.548)	(146.992)
(-) Complemento de dividendos proposto em 2017	(6.259)	-
Patrimônio líquido ajustado para o cálculo da JCP	<b>3.822.356</b>	<b>3.373.760</b>
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	6,72%	3,38%
Juros sobre capital próprio bruto	<b>256.956</b>	<b>114.173</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(36.391)	(16.454)
<b>Juros sobre capital próprio líquido a pagar</b>	<b>220.565</b>	<b>97.719</b>
<b>Juros sobre capital próprio bruto por ação</b>		
Ações ordinárias - ON	3,9218	1,7426
Ações Preferenciais - PN	4,3140	1,9168

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, apresentamos os cálculos dos juros sobre o capital próprio creditados nos respectivos exercícios. Entretanto em 2018 e 2017, o cálculo dos dividendos mínimo obrigatório foi superior aos juros sobre capital próprio, conforme demonstrados abaixo.

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2018 e 2017:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.235.674	570.327
Incentivo fiscal do ICMS	(66.731)	(63.907)
Constituição de reserva legal	(58.447)	(25.321)
<b>Base de cálculo do dividendo</b>	<b>1.110.496</b>	<b>481.099</b>
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,0%	25,0%
<b>Dividendo total proposto</b>	<b>277.620</b>	<b>120.432</b>
<b>Total de dividendos por tipo de ação:</b>		
Ordinária	31.200.000	57.408
Preferencial	31.200.000	63.024
	<b>277.620</b>	<b>120.432</b>
<b>Dividendos por ação</b>		
Ações ordinárias - ON	4,2400	1,8400
Ações Preferenciais - PN	4,6600	2,0200

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	2018	2017
Dividendos apurados	277.620	120.432
Juros sobre capital próprio creditado	(256.956)	(114.173)
<b>Dividendos complementar obrigatório</b>	<b>20.664</b>	<b>6.259</b>



Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída uma provisão de dividendos complementar obrigatório, tendo em vista que o mínimo obrigatório ficou acima dos juros sobre o capital próprio creditado no exercício de 2018.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo inicial	98.899	79.250
Juros sobre capital próprio - provisão	256.956	114.173
Pagamento de IRRF	(36.391)	(16.454)
Pagamentos de juros sobre capital próprio (*)	(97.340)	(77.672)
Prescrição de juros sobre capital próprio	-	(398)
	<b>222.124</b>	<b>98.899</b>

(\*) Do montante de Juros sobre capital próprio pago, R\$ 21.789 (R\$ 16.330 em 2017) do acionista majoritário foi transferido para partes relacionadas - contrato de mútuo.

Demonstramos a movimentação dos dividendos a seguir:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo inicial	6.514	256
Provisão de dividendos	20.664	6.259
Pagamento de Dividendos	(6.234)	(1)
	<b>20.944</b>	<b>6.514</b>

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2018 de R\$ 837.322 (R\$ 365.111 em 31 de dezembro de 2017) foi transferido para reserva de investimentos e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovação na Assembleia Geral que deverá ser realizada até 30 de abril de 2019.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	1.235.674	570.327
Incentivo fiscal do ICMS	(66.731)	(63.907)
Constituição de reserva legal	(58.447)	(25.321)
Juros sobre capital próprio	(256.956)	(114.173)
Complemento de dividendos obrigatório	(20.664)	(6.259)
Realização da reserva do ajuste avaliação patrimonial líquido	4.446	4.444
<b>Saldo remanescente do lucro líquido do exercício</b>	<b>837.322</b>	<b>365.111</b>

### 28.3 RESERVAS DE LUCROS

#### Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 200.007 (R\$ 141.560 em dezembro de 2017).

#### Reserva de investimentos

Os lucros de 2018, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivos fiscais (SUDENE, PROADI e PROVIN) e a atribuição dos juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios a serem distribuídos aos acionistas são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral a ser realizada em 2019, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é no montante de R\$ 1.245.229 (R\$ 407.907 em 31 de dezembro de 2017).



O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2017, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 27 de abril de 2018.

## **Reserva de incentivos fiscais**

### **IMPOSTO DE RENDA**

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril. O benefício foi prorrogado até o ano-base de 2026 conforme os laudos Constitutivos nºs. 1127/2017 e 1128/2017 emitidos pela SUDENE.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não foram apurados em razão da Companhia apresentar prejuízo fiscal.

A Administração da Companhia destina este incentivo quando apurado, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

### **IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇOS - ICMS**

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até outubro de 2028, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 66.731 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 63.907).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

O montante registrado como reserva de incentivos fiscais (ICMS e IRPJ) em 31 de dezembro de 2018 R\$ 245.601 (R\$ 178.870 em 31 de dezembro de 2017).

## **28.4 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

### **CUSTO ATRIBUÍDO DO IMOBILIZADO**

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

O montante do custo atribuído do imobilizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 138.102 (R\$ 142.548 em 31 de dezembro de 2017).

## **28.5 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – AJUSTE E VALOR JUSTO DE INVESTIMENTOS**

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

## 29 PARTES RELACIONADAS

### (i) Saldos

#### ATIVO CIRCULANTE

Controladas		Controladora			
		Títulos e valores mobiliários		Duplicatas	
		2018	2017	2018	2017
Lojas Riachuelo - Duplicatas (nota 12)	(a)	-	-	338.713	257.175
Midway Financeira (nota 11)	(e)	54.672	130.696	-	-
		<b>54.672</b>	<b>130.696</b>	<b>338.713</b>	<b>257.175</b>

Controladas		Controladora	
		Contas a receber	
		2018	2017
Lojas Riachuelo			
- Aluguel e outros	(b)	1.463	1.562
- Distribuição de dividendos	(d)	303.774	72.943
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	16.507	22.679
		<b>321.744</b>	<b>97.184</b>

Distribuição dos Lucros das Controladas	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping LTDA	Midway Financeira S.A.	Total
<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>-</b>	<b>8.371</b>	<b>-</b>	<b>8.371</b>
Lucros Distribuidos	72.943	46.339	-	119.282
Recebimento ano anterior	-	(8.371)	-	(8.371)
Recebimento antecipado	-	(23.660)	-	(23.660)
Total recebimentos	-	(32.031)	-	(32.031)
<b>31 de dezembro de 2017</b>	<b>72.943</b>	<b>22.679</b>	<b>-</b>	<b>95.622</b>
Lucros Distribuidos	230.831	45.629	25	276.485
Recebimento ano anterior	-	(22.679)	(25)	(22.704)
Recebimento antecipado	-	(29.122)	-	(29.122)
Total recebimentos	-	(51.801)	(25)	(51.826)
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>303.774</b>	<b>16.507</b>	<b>-</b>	<b>320.281</b>

#### PASSIVO CIRCULANTE

Controladas	Controladora	
	Contas a pagar	
	2018	2017
Transportadora Casa Verde Ltda. - Frete *	1.658	964
	<b>1.658</b>	<b>964</b>

\* Valor incluído na rubrica "outros passivos circulantes".

#### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Mútuo - Acionista		Controladora e Consolidado	
		2018	2017
Nevaldo Rocha - Presidente	(c)	582	253.611
Total		<b>582</b>	<b>253.611</b>

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldo inicial	253.611	217.084
Captação	21.789	17.830
Amortização	(282.253)	(3.531)
Juros	7.435	22.228
Saldo final	<b>582</b>	<b>253.611</b>

## (ii) Transações

		<b>Controladora</b>	
		<b>Receita</b>	
		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Controladas</b>			
Lojas Riachuelo - Vendas	(a)	1.323.860	1.038.473
Lojas Riachuelo - Aluguel, dividendos e outros	(b)	52.070	50.947
Midway Financeira	(e)	20.432	1.126
Transportadora Casa Verde Ltda. - Aluguel	(b)	30	30
		<b>1.396.392</b>	<b>1.090.576</b>

Segue abaixo o detalhamento da natureza do saldo e das transações dos quadros acima:

(a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 60 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.

(b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais foram definidos valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI em 2016, cujos valores são atualizados anualmente pelo IPCA. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.

(c) O contrato de empréstimo entre a Companhia e Diretor Presidente com a remuneração 99% do CDI, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2018, montava em R\$ 582 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 253.611) na controladora e no consolidado, teve uma liquidação substancial durante o 3º trimestre de 2018, em função da partilha para seus herdeiros, que por sua vez, aplicaram na Midway Financeira.

(d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda. e da Lojas Riachuelo.

(e) Referem-se aos juros sobre os títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.

## (iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da Administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 27 de abril de 2018:

<b>Remuneração</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Do Conselho de Administração	1.533	1.241	1.533	1.241
Da Diretoria	1.986	2.462	13.177	11.170
Do Conselho Fiscal	448	347	448	347
	<b>3.967</b>	<b>4.050</b>	<b>15.158</b>	<b>12.758</b>

### 30 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A partir de maio de 2017, os planos de previdência complementar que eram administrados pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. desde dezembro de 2011, passaram para a gestão da Bradesco Vida e Previdência, sem nenhum ônus aos seus colaboradores. Este benefício tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contribuição da Companhia	545	703	7.554	9.350
Contribuições dos funcionários	575	667	9.448	9.634
	<b>1.120</b>	<b>1.370</b>	<b>17.002</b>	<b>18.984</b>

### 31 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação entre as vendas operacionais brutas e a receitas operacionais líquidas é como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Vendas no atacado	1.328.822	1.041.897
	<b>1.328.822</b>	<b>1.041.897</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>		
ICMS	(179.295)	(140.835)
ICMS – Incentivo fiscal	66.731	63.907
IPI	(10.918)	(8.184)
COFINS	(83.297)	(67.596)
PIS	(18.084)	(14.676)
INSS	(29.693)	(21.943)
Devoluções de vendas	(8.252)	(3.357)
	<b>(262.808)</b>	<b>(192.684)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.066.014</b>	<b>849.213</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Vendas no atacado	4.962	3.424
Vendas no varejo	7.079.284	6.647.186
Operações de crédito	2.146.884	1.708.312
Locação de lojas	70.776	69.305
Serviços de transportes	23	8
	<b>9.301.929</b>	<b>8.428.235</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>		
ICMS	(1.125.754)	(1.083.417)
ICMS – Incentivo fiscal	66.731	63.907
IPI	(1)	-
COFINS	(457.945)	(435.205)
PIS	(94.746)	(90.778)
ISS	(17.520)	(14.447)
Devoluções de vendas	(334.664)	(329.301)
Outros	(145.434)	(94.335)
	<b>(2.109.333)</b>	<b>(1.983.576)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.192.596</b>	<b>6.444.659</b>

## 32 CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

### 32.1 CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>		
Mercadoria para revenda	(68.961)	(53.159)
Matéria-prima	(395.605)	(349.511)
Pessoal	(265.834)	(251.998)
Depreciação e amortização	(17.038)	(15.715)
Outros custos	(106.554)	(81.725)
<b>Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	<b>(853.992)</b>	<b>(752.108)</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>		
Mercadoria para revenda	(2.382.375)	(2.209.479)
Outros custos	(141.193)	(128.929)
<b>Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados</b>	<b>(2.523.568)</b>	<b>(2.338.408)</b>

### 32.2 DESPESAS COM VENDAS

	<b>Controladora</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas com pessoal	(1.340)	(1.317)
Serviços de terceiros	(9.682)	(7.878)
Provisão para perdas por valor recuperável	(1.690)	(1.195)
Outras despesas	(346)	(416)
	<b>(13.058)</b>	<b>(10.806)</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas com pessoal	(967.066)	(924.674)
Serviços de terceiros	(242.111)	(185.689)
Serviços públicos	(136.303)	(124.194)
Despesa com aluguéis e condomínio	(255.201)	(239.169)
Provisão para perdas por valor recuperável	(888.733)	(643.569)
Depreciação e amortização	(206.812)	(213.122)
Outras despesas	(423.073)	(383.468)
	<b>(3.119.299)</b>	<b>(2.713.885)</b>

### 32.3 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas com pessoal	(22.557)	(25.932)	(348.124)	(336.431)
Serviços de terceiros	(5.862)	(8.823)	(270.117)	(225.434)
Serviços públicos	(957)	(1.007)	(6.290)	(7.137)
Depreciação e amortização	(3.148)	(3.100)	(59.103)	(63.057)
Outras despesas	(16.451)	(18.444)	(124.126)	(133.693)
	<b>(48.975)</b>	<b>(57.306)</b>	<b>(807.760)</b>	<b>(765.752)</b>

### 33 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aluguéis	52.221	50.977	(21)	-
Recuperação de tributos (*)	7.069	110.123	691.872	207.314
Depreciação e amortização	(6.315)	(6.046)	(6.315)	(6.046)
Juros e multas sobre provisão de riscos	-	-	(40.456)	(39.207)
Ganho alienação de imobilizado	382	-	669	-
Outros	(5.854)	(4.247)	37.530	112.707
	<b>47.503</b>	<b>150.807</b>	<b>683.279</b>	<b>274.768</b>

(\*) Reversão da provisão de R\$ 110.120 na Companhia em 2017 conforme explicado na Nota 26 (c.1.2). No consolidado a controlada Lojas Riachuelo reconheceu a recuperação PIS/COFINS em 2018 no montante de R\$ 684.658, tendo em vista que o processo transitou em julgado (vide detalhes na nota 14.c).

### 34 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	20.483	1.126	42.738	74.753
Juros ativos	3.705	6.650	4.328	7.295
Descontos obtidos	502	202	783	223
Variação cambial ativa	3.420	755	12.057	755
Ganhos Derivativos	-	-	-	23.681
Outras receitas financeiras*	5.796	15.820	486.297	17.509
	<b>33.906</b>	<b>24.553</b>	<b>546.203</b>	<b>124.216</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamento	(52.168)	(36.891)	(115.571)	(166.647)
Instrumentos financeiros	-	-	-	(18.826)
Juros passivos	(319)	(3.881)	(26.200)	(21.930)
Tarifas bancárias	-	-	(7.508)	(11.390)
Variação cambial passiva	-	-	(3.429)	(1.031)
Empréstimos e repasses	-	-	-	(5.203)
Outras despesas financeiras	(3.430)	(1.033)	(14.537)	(12.037)
	<b>(55.917)</b>	<b>(41.805)</b>	<b>(167.245)</b>	<b>(237.064)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(22.011)</b>	<b>(17.252)</b>	<b>378.958</b>	<b>(112.848)</b>

\* Juros e correção monetária sobre PIS/COFINS recuperados pela controlada Lojas Riachuelo no montante de R\$ 483.124, tendo em vista que o processo transitou em julgado (vide detalhes na nota 14.c).

### 35 LUCRO POR AÇÃO

#### (a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2018	2017
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	1.235.674	570.327
Denominador básico/diluído		
Lucro atribuído para ao acionista portadores de ações - ON	588.416	271.584
Lucro atribuído para ao acionista portadores de ações - PN	647.258	298.743
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	18,85949	8,70462
PN	20,74544	9,57509

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

### 36 ARRENDAMENTO OPERACIONAL – LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 287 contratos de locação, sendo 286 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2018, as receitas de aluguéis líquidas, totalizaram R\$ 71.412 (R\$ 70.148 em 31 de dezembro de 2018) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 68.241 (R\$ 67.058 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2018 totalizam um montante mínimo de R\$ 623.114 sendo:

Vencimento	Valor nominal
2019	69.578
2020	71.804
2021	74.102
2022	76.473
2023	78.920
2024	81.445
2025	84.051
2026	86.741
	<b>623.114</b>

### 37 COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

#### (a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, os quais foram definidos com base em valores fixos em contrato para os aluguéis de 39 imóveis destinados à operação de CRI realizada em 2016. Os demais imóveis são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados pela Administração, Call Center e Centro Logístico são cobrados aluguéis fixos. Os valores negociados estão de acordo com o mercado.

**(b) Com terceiros**

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possuem compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço de 31 de dezembro de 2018, como segue:

	<u>Valor</u>
<b><u>Controladora</u></b>	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	279.866
<b><u>Controlada - Lojas Riachuelo S.A.</u></b>	
Compromisso e/ou obrigação	
Seguro garantia concedido por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	47.358
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	163.916
	<b><u>491.140</u></b>

**Arrendamento operacional – Locação de lojas**

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Lojas Riachuelo possuía 313 (302 em 31 de dezembro de 2017) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 253.403 (R\$ 237.394 em 31 de dezembro de 2017). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 20.376 (R\$ 13.576 em 31 de dezembro de 2017).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2018, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.802.966, sendo:

<b>Vencimento</b>	<u>Valor</u>
2018	307.908
2019	293.447
2020	269.255
2021	242.901
2022	208.536
2023	155.404
2024	126.638
2025 a 2028	198.877
	<b><u>1.802.966</u></b>

**38 COBERTURA DE SEGUROS**

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup";
- (d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.



Para as lojas locadas em imóveis de terceiros, são mantidas seguros contra incêndio, levando em consideração os aspectos dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Para o Shopping Midway, o Grupo possui cobertura específica de acordo com a característica da operação.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, não auditadas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Empresa	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	Lojas Riachuelo	522.529
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	Lojas Riachuelo	260.483
Filiais	Básica Incêndio (queda de raio, explosão, implosão e queda de aeronaves)	Lojas Riachuelo	35.661
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	Lojas Riachuelo	100% Segurado
Frota - Própria	Incêndio/Roubo e Danos	Lojas Riachuelo	100% Tabela FIPE
Frota - Terceiros	Responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais	Lojas Riachuelo	1.000
Responsabilidade Civil Geral	Produtos comercializados, operações, empregador e danos morais	Lojas Riachuelo	20.000
Midway Shopping	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/tumultos/lucros cessantes	Midway Shopping	235.770
Mercadorias	Transporte Nacional	Guararapes Confecções	100% Segurado
D&O	Responsabilidade civil administradores	Guararapes Confecções	50.000

### 39 INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve movimentações patrimoniais que afetassem os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas.

### 40 EVENTO SUBSEQUENTE

#### EMIÇÃO DE DEBENTURES PELA CONTROLADORA

Em 18 de Janeiro de 2019 a Guararapes Confecções S.A. realizou a 2ª (segunda) emissão de 600.000 (seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2018 ("RCA").

#### CONVERSÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAS DA COMPANHIA

Em 29 de janeiro de 2019 encerrou o prazo para que os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais da Guararapes Confecções S.A. ("Companhia") realizada no dia 20 de dezembro de 2018 ("Acionistas Dissidentes") manifestassem sua intenção de exercer o direito de retirada em razão da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1:1 ("Conversão de Ações").

A Companhia foi informada por seu agente escriturador, que somente acionistas titulares de 320 ações preferenciais da Companhia exerceram o seu direito de retirada em razão da aprovação da Conversão de Ações. Dada a quantidade de Acionistas Dissidentes que exerceram seu direito de recesso, a administração da Companhia decidiu não convocar assembleia geral para ratificar ou reconsiderar a aprovação da Conversão de Ações. Dessa forma, a administração da Companhia passou a tomar todas as medidas necessárias para implementar a Conversão de Ações e, a partir de 7 de fevereiro de 2019, a Companhia passou a contar somente com ações ordinárias.